



Senador
PEDRO SIMON

O PAÍS DOS CLANDESTINOS

Brasília
2003

Senador
PEDRO SIMON

O PAÍS DOS CLANDESTINOS



ORAÇÃO PARA ANTES DAS REFEIÇÕES

Leitor – Senhor, dai pão a quem tem fome.

Todos – E fome de justiça a quem tem pão.

Guia do Peregrino

Capa de: COSME ROCHA, SOBRE FOTO DE LUIZ CLEMENTINO (SERTÃO DO CEARÁ)

Simon, Pedro.

O País dos Clandestinos/Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.

120 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.
I. Título.

CDD 320.981

Sumário

	Pág.
• Apresentação	5
• Reflexão sobre as lágrimas dos inocentes	11
• O pão já não é nosso	13
• Vítimas do descaso e do abandono	15
• Uma nação de migrantes	19
• A reforma agrária e os pequenos municípios	23
• Preservar os avanços da Lei de Licitações	27
• A morte do homem que sabia demais	31
• Origens da corrupção	35
• Teotônio Vilela: a imagem do sementeiro	39
• 1996 – O ano dos bancos	41
• A opção preferencial pela amnésia	45
• Em defesa de uma revisão constitucional	49
• Em defesa de uma revisão constitucional (II)	53
• Resgatar a revisão constitucional	57
• Recuperar o Poder Legislativo	61
• Feliz Natal Novo	65
• O País dos Clandestinos	69
• Os muitos nomes da corrupção	73
• Economês, dialeto indecifrável	77
• A essência das contrapartidas	81
• A “reciprocidade” nas campanhas políticas	85
• Mau uso do dinheiro público	89
• Longa vida ao doutor Barbosa	93
• Homenagem a Darcy Ribeiro	97
• O drama por trás das estatísticas	99
• Por um prato de justiça	103
• Lanterna de popa	107
• Da gênese do trabalho ao apocalipse do desemprego	111
• Privatização da Companhia Vale do Rio Doce	113
• Sobre o (des)prestígio do Congresso Nacional	117

Apresentação

Este livro reúne textos curtos que, na maioria, serviram de base a pronunciamentos feitos por Pedro Simon na Tribuna do Senado Federal. Muitos deles foram inicialmente publicados em jornais, na forma de artigos. Posteriormente, todos acabaram sendo transcritos nos Anais do Senado. Pode-se dizer que esses trabalhos formam um mosaico das principais preocupações do Senador gaúcho.

São textos que falam de combate à corrupção; da luta contra a miséria e o desemprego; da defesa dos interesses nacionais; do apoio à agricultura e à reforma agrária; e da necessidade de uma profunda mudança na cultura política brasileira. Embora alguns deles tenham sido elaborados há alguns anos, o que se nota é que ainda hoje permanecem atuais.

Arbitrariamente, esses trabalhos podem ser divididos em dois grupos. O primeiro concentra as análises sobre as nossas muitas e explosivas questões sociais. Um segundo bloco reúne reflexões sobre a atividade política e a necessidade de um sério

comprometimento ético dos homens públicos. De certo modo, todos esses esboços guardam uma íntima relação com os grandes pronunciamentos do Senador, centrados justamente na defesa da cidadania plena, que só será atingida com o resgate da imensa dívida social que tem a Nação com a sua parcela mais desprotegida; e na defesa das instituições políticas, que todos queremos ver livres da corrupção e da ineficiência.

Em muitos desses textos, fica patente a grande preocupação de Pedro Simon com a exclusão social, com a extrema pobreza de uma importante parcela da população brasileira. O Senador considera que a grande extensão do País e o incessante movimento de idas e vindas das correntes migratórias acabam mascarando a dura realidade dos milhões de pessoas que não têm as condições mínimas de sobrevivência.

– Sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada – escreveu ele, em uma de suas crônicas. – Trata-se de um país oficial, com 42 milhões de habitantes, sem produto interno bruto, porque quase nada produz, sem arrecadação porque quase nada recebe, sem inflação porque quase nada come. Essa mesma população é lembrada, apenas, a cada quatro anos, porque dela se exige, unicamente, como documento de identificação, o título de eleitor.

A migração interna tem dimensões tais que o Brasil constituiu-se – segundo Pedro Simon – em “um país em movimento, de nômades”, que se dirigem às áreas de expansão agrícola e de fronteiras, bem como aos centros urbanos, principalmente as regiões metropolitanas.

O Senador lembra, num de seus textos, que o Brasil, que possuía, em 1960, menos da metade de sua população nas cidades, chegou a 1990 com mais de 75% dos seus habitantes nas áreas urbanas. “A população rural é, hoje, quantitativamente, inferior à de 1960, enquanto as cidades se incharam em 80 milhões de brasileiros a mais do que naquela época”.

De outro lado, o elevado índice de mortalidade ainda vigente no país, diz Pedro Simon, torna tragicamente irônicas as

referências de economistas, demógrafos e estatísticos ao indicador chamado de “esperança de vida”. Para ele, os péssimos indicadores sociais configuram, no Brasil, um verdadeiro “apartheid” social, em que só uma reduzida parcela da população usufrui os benefícios da modernidade, enquanto a maioria ainda vive uma situação que pouco se diferencia da registrada no tempo da escravidão.

Atualmente, um dos problemas mais graves, segundo o Senador, é o desemprego, pelo que gera de miséria e desesperança em todos os países, mas, especialmente, nos mais pobres. No caso do Brasil, o drama se agrava – lembrou Pedro Simon – porque milhões de analfabetos tentam, sem sucesso, entrar em um mercado de trabalho que exige, cada vez mais, especialização e conhecimento.

Por melhor intencionadas que sejam as campanhas de solidariedade, por mais competentes e éticos que se mostrem os seus mentores, elas não são suficientes para provocar as transformações necessárias, no Brasil, para reverter esse estado de coisas. É preciso, diz Pedro Simon, construir, com urgência, um amplo projeto nacional de desenvolvimento que contemple não apenas a área econômica, mas também e, principalmente, a área social.

Entre as medidas que ajudariam a resolver a grave crise nacional o Senador destaca a necessidade de implantação de uma verdadeira reforma agrária, com assentamentos que se localizem próximos aos núcleos urbanos de origem das populações rurais expulsas para as cidades e que dê aos assentados as condições mínimas para que produzam e comercializem o fruto do seu trabalho.

Um outro caminho para amenizar a questão social – apontado em um dos textos de Simon – seria o fortalecimento dos municípios de pequeno porte e das regiões consideradas deprimidas. Essa é uma tarefa das mais árduas porque, registra o Senador, “os poucos recursos públicos tendem a se deslocar, com maior intensidade, para as regiões geradoras destes mesmos

recursos, por apresentarem maiores possibilidades de retorno, em termos econômicos, e por concentrarem, quase sempre, lideranças políticas melhor articuladas para a negociação de fatias mais suculentas dos orçamentos públicos”.

A questão da necessidade de firmes padrões éticos na atividade política é outra das grandes preocupações do Senador gaúcho. Escreveu ele: “Decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros”.

A corrupção, segundo Pedro Simon, é fonte original de muitas das mazelas brasileiras. É responsável direta pelas filas dos hospitais, pelo analfabetismo, pelo desemprego, pela fome e pela miséria. Assim, diz ele, é preciso dar prioridade às ações que tenham como objetivo combatê-la: “Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político”.

O Senador lamenta também a extinção da Comissão Especial de Investigação – CEI, que deveria investigar atos de corrupção na administração pública. “Esta Comissão foi criada pelo ex-Presidente Itamar Franco, tão logo por mim proposta, e fulminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no 19º dia de seu mandato”.

Em texto sobre eleições, Pedro Simon afirma que, na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mudanças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico. A prática política nacional – acrescenta ele – tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande “negócio”, nos dias atuais.

“É negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto”.

As CPIs Collor/PC e do Orçamento mostraram ao País – escreve o Senador, que sempre defendeu o financiamento público de campanhas – “como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecê-las do que punição a quem não as cumpre”.

Parlamentar com quarenta anos de atividade, Pedro Simon lamenta que o Congresso Nacional se mostre quase sempre “inerte e a reboque do Poder Executivo”, fato comprovado pelas pesquisas de opinião que colocam o Parlamento e os partidos políticos “no rodapé do quadro do prestígio institucional”. Para o Senador, um dos grandes desafios do Congresso Nacional é recuperar o seu poder de legislar. “Há que se resgatar, como primeiro passo, a legitimidade institucional”.

Depois de escrever que, para dois terços da população brasileira, o Congresso não tem prestígio, o Senador Pedro Simon diz que é preciso tentar descobrir porque, no Brasil, o Parlamento, a instituição e os partidos políticos gozam de menos respeito do que, por exemplo, a Imprensa, os clubes de futebol, a Igreja Católica, as Forças Armadas, os bancos e financeiras, a Presidência da República e os Ministros de Estado, o Poder Judiciário, os sindicatos de trabalhadores e as empresas estatais.

Mesmo sendo mais breves do que os grandes pronunciamentos que faz da Tribuna do Senado Federal, esses textos jornalísticos servem para reforçar aquelas idéias – de solidariedade, de fraternidade – que o Senador Pedro Simon vem defendendo ao longo de toda sua vida.

Reflexão sobre as lágrimas dos inocentes

Nos termos de todos os versículos da Bíblia Sagrada. De todas as religiões e de todos os credos. Nos termos de todos os capítulos de todas as constituições. De todos os países, de todos os povos. Nos termos de todos os regimentos, dispositivos e parágrafos, requeiro à humanidade uma ampla reflexão, a título de exame de consciência, para recapitular os princípios que nortearam a criação do universo, notadamente quanto à obra edificada no sexto dia.

Tal requerimento se justifica nos últimos acontecimentos veiculados pela imprensa mundial, que contrariam os fundamentos que nortearam a criação do homem, à imagem e semelhança do próprio Criador.

A total desintegração das relações humanas e a banalização da morte têm, hoje, seus versos mórbidos cantados em todas as línguas e transpõem fronteiras geográficas. São versos que rimam fome com genocídio, poder com bombardeio, miséria com massacre. As expressões de dor pelo irreparável unem o Líbano à Chechênia, o Haiti a Botswana, o Zaire à Bósnia, o Brasil ao resto do mundo. É a globalização da barbárie.

É por isso que, se todos os brasileiros elegerem seu próprio país como estudo de caso na reflexão proposta, não se limitarão a questões que se circunscrevem, apenas, a seus limites geográficos. Aqui, vivem milhões de miseráveis, cuja dor não difere da dos demais famintos do Zaire ou de Botswana. A dor da bala perdida é a mesma da do artefato escondido. A dor do massacre é a mesma da do bombardeio.

São, todos, seres humanos cuja identificação, na maioria das vezes, se reduz a um número. De que valem os nomes se

a dor tem-se circunscrito, cada vez mais, aos de mesmo sobrenome? Poderiam ser pedros, josés ou severinos. Podem ter morrido de “emboscada antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”. Ou, quem sabe, “de velhice, antes dos trinta”. São de Acari, ou de Vigário Geral. Ou, ainda, do Carandiru, da Candelária, de Corumbiara, de Caruaru ou de Curionópolis. Ou, talvez, de qualquer outro lugar onde se mira o alvo ou se atira a esmo.

São inúmeros os temas que poderiam ser privilegiados: o sentido da vida, o direito à cidadania, a luta desigual, a fome e a miséria, os resquícios do obscurantismo, a terra para poucos, a chacina de indefesos, o massacre de presos, de sem-terras e de menores abandonados, a corrupção, o uso político da pobreza, o descaso dos governantes, o abuso de poder, o discurso e a prática, entre outros.

Como orientação, de caráter geral, há que se refletir, em cada tema, sobre os instintos de bestialidade que têm marcado, ultimamente, as relações entre homens e povos, em nome do poder e da ganância, ou, até, em nome do nada. Há que se refletir, também, sobre as lágrimas dos inocentes, como que orvalho nas noites frias das periferias ao relento, verdadeiros corredores da morte, vítimas da miséria, das miras clandestinas e oficiais ou da necrose das feridas do descaso. Há que se refletir, ainda, sobre os que tombam sobre a terra “que queriam ver dividida”. Há que se evitar a reflexão estéril, o discurso vazio e as promessas vãs e demagógicas. Há que se propiciar liberdade de manifestação para todos os participantes, brancos, negros, pobres, abastados, migrantes, presos, analfabetos, doentes, brasileiros, enfim.

O pão já não é nosso

O pão de cada dia já não é mais tão nosso. Porque o trigo é argentino, canadense, americano, alemão e, até, das Bermudas. Nos últimos dez anos, engatamos a contramarcha da história. Não mais, como diz o poeta, recolhemos cada bago do trigo. Importamos. O alimento da oração que o Senhor nos ensinou se multiplica, cada vez mais, fora de nossos campos. Em 1986, debulhávamos quase 6 milhões de toneladas de grãos de trigo. Hoje, mal passamos de 1,5 milhão. Há dez anos, produzíamos 80% de nosso consumo. Importávamos 20%. Em 1995, os percentuais são os mesmos. Invertidos. Isso significa que quatro em cada cinco pãezinhos da última fornada foram assados com matéria-prima importada. O País se contentou com a casca e perdeu o miolo.

Nada mais constrangedor do que ter um quintal fértil e cultivar, apenas, o desejo pelo fruto do vizinho. O Rio Grande do Sul e o Paraná, por exemplo, que, em 1987, produziam, juntos, mais de 5 milhões de toneladas de trigo, nos últimos anos não atingiram metade do que o País importou somente da Argentina.

O Censo Agropecuário de 1985 mostra que, naquele ano, 91,3% dos estabelecimentos tritícolas pertenciam a grupos de área total abaixo de 100ha e eram responsáveis por 53,1% da produção de trigo no País. Eram mais de 130 mil estabelecimentos, que ocupavam mais da metade dos 2,5 milhões de hectares plantados. Já em 1995, a área total de todos os estabelecimentos tritícolas no Brasil não passava de 1,0 milhão de hectares.

É evidente que muitos destes pequenos agricultores buscaram alternativas em outras atividades rurais. Mas, como as informações oficiais disponíveis sobre o algodão, a soja, o milho,

o feijão e o arroz dão conta de que não houve evolução significativa, em termos de área cultivada, e que o valor bruto da produção destes mesmos produtos é decrescente, é de se imaginar que os pequenos tricultores fermentam os contingentes de migrantes que incham os grandes centros urbanos, à procura, ironicamente, de um pedaço de pão. E, na maior fatia das vezes, comendo o que o diabo amassou. Tudo porque, em dez anos, foram queimadas cerca de duzentas mil oportunidades de emprego, somente com a quase erradicação da lavoura tritícola. Não se trata de fatos isolados. Estima-se que o País terá que importar, neste ano, entre 11,5 e 14,3 milhões de toneladas de alimentos, além de devorar outros 5,5 milhões de seus estoques.

A verdadeira política parece ter sido a do “importar é o que importa”. E os US\$250 milhões das importações de trigo de 1986 se transformaram nos US\$910 milhões do último ano. Importamos mais e pagamos idem. Se, em 1986, o trigo da França custava US\$90.70 a tonelada, em 1995, o mesmo “pão francês”, nas padarias brasileiras, foi produzido com trigo argentino de US\$154.11, ou canadense de US\$177.65.

Se o País se dignar a faltar de pão os seus milhões de famintos e miseráveis, haverá de continuar a recorrer a quintais alheios ou se valer de um novo milagre da multiplicação. Porque não há alimento suficiente, por mais que a comunidade seja solidária. E, para produzir alimentos, parece não haver relevância, nem urgência, embora se teime em editar, para a agricultura, quase sempre, medidas de caráter provisório. O setor parece merecer prioridade somente quando a inadimplência do crédito rural ameaça a integridade do sistema financeiro. Ou quando ele deixa de se constituir no combustível que movimenta as contas bancárias dos grandes usineiros produtores de álcool.

Os defensores das teses liberalizantes deveriam exercitar a coerência de exigir que os recursos bilionários colocados à disposição do sistema financeiro e de outros segmentos privados da economia fossem alocados, pelo “Estado mínimo”, em ações de educação, saúde, segurança e, principalmente, de alimentação da população brasileira.

Vítimas do descaso e do abandono

Pés descalços. Rostos rudes e queimados pelo sol a sol. Mãos calejadas pelos guatambus na lida diária dos roçados. São os sem-terra, nos acostamentos das estradas da vida, a superpor rastros e a transpor placas indicativas de perímetro urbano.

Frio cortante das pontes e dos viadutos. Expressões assustadas com as incertezas da escuridão da noite. Barulho ensurdecido dos automóveis que tangenciam o meio-fio que lhes serve de soleira. São os sem-casa, despejados da construção civil, onde levantavam os edifícios, as mansões e os palacetes que, hoje, lhes servem, apenas, de sombra e de horizonte.

Filas intermináveis à procura das placas de “precisa-se”. Feições desiludidas com os avisos de “não há vagas”. São os sem-emprego, cujas carteiras de trabalho já não justificam a razão do nome.

Mãos estendidas nas esquinas. Estômagos vazios pela miséria. São os sem-nada, cidadãos de segunda classe, vítimas do descaso e do abandono.

Sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada. Trata-se de um país oficial, com 42 milhões de habitantes, sem produto interno bruto, porque quase nada produz; sem arrecadação porque quase nada recebe; sem inflação porque quase nada come. Essa mesma população é lembrada, apenas, a cada quatro anos, porque dela se exige, unicamente, como documento de identificação o título de eleitor.

Trata-se de uma verdadeira nação, que possui população mas que sugere não ter governo e que parece ter perdido o território. São comuns as origens. O Brasil de 1940 mantinha

70% de seus habitantes no campo. O de 1950, 64%; o de 1960, 55%; o de 1970, 44%; o de 1980, 32%; o de 1990, 25%; o de hoje, pelo menos quatro em cada cinco pessoas já ultrapassaram a tal placa delimitadora de perímetros. Portanto, o território que falta a essa população nômade é o mesmo que se concentra sob domínio de um número cada vez menor de pessoas.

Os dados mais recentes, divulgados pela imprensa, indicam que 56,7% das terras brasileiras estão nas mãos de, apenas, 2,8% dos proprietários. Mais ainda: menos de 1% dos grandes proprietários detém 35,9% das terras.

A má distribuição fundiária brasileira não é um fato isolado. É parte de um modelo de desenvolvimento que coloca o País como o de mais alta concentração de renda do planeta, conforme dados contidos no último relatório do Banco Mundial. Aqui, os 10% mais ricos possuem 51,3% de toda a renda nacional ou os 20% mais opulentos abocanham nada menos que 67,5% de tudo o que é gerado no Brasil. Ou seja, mais de dois terços da renda produzida no País passa pelos bolsos ou pelas contas bancárias de, apenas, um em cada cinco brasileiros.

O país oficial tem consciência de que é impossível escamotear esse país real que tem invadido não apenas parte dos 62,4% das terras consideradas improdutivas e de que os conflitos não se limitam aos 585 casos detectados, ou às 85.097 famílias e 7,9 milhões de hectares envolvidos. Há o conflito latente, que extrapola os grandes centros urbanos e suas periferias e já se acumulam sob as janelas de todos os municípios brasileiros.

Se esse mesmo país oficial tivesse adotado políticas, nos últimos 20 anos, que procurassem, pelo menos, manter estável a sua taxa de urbanização, o que significaria manter no campo a população de origem rural, atingiria a totalidade de sua população hoje considerada abaixo da linha de pobreza e mais do que o dobro de sua população indigente, que poderia estar, agora, produzindo seus próprios alimentos e, mais do que isso, gerando excedentes que o País importa para controlar as taxas de inflação.

Nada mais paradoxal, portanto, que o País mantenha, de um lado, tantos pobres e indigentes, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada, em sua grande maioria de origem rural, e, de outro, mais de 300 milhões de hectares de terras agricultáveis, cercadas e guardadas como reservas de valor. Mais paradoxal, ainda, é que esses milhões de brasileiros pautaram toda sua experiência de vida em atividades tipicamente rurais e, hoje, à falta de terra, não lhes restam alternativas a não ser a submissão às exigências de qualificação do trabalho urbano. Pior: as sucessivas crises econômicas, a adequação da indústria aos progressos tecnológicos e as políticas adotadas no sentido da estabilização da economia agravam, ainda mais, o quadro. Antes, o campo expulsava e a cidade, bem ou mal, absorvia. As populações que saíam do meio rural e das regiões mais pobres barateavam os salários urbanos. Hoje, o rural continua expulsando, mas o urbano, além de não absorver, também libera mão-de-obra. Somente na Grande São Paulo, já passam de 1,3 milhão os desempregados. Ao deixarem as fábricas, sem emprego, encontram-se com outros tantos que deixaram suas terras e formam, juntos, o maior foco de tensão social do País.

É pouco provável que a principal alternativa de absorção de mão-de-obra volte a ser a indústria. É tese comum que grande parte do desemprego industrial assume caráter estrutural, isto é, não será revertido, mesmo em situação de recuperação econômica. É a indústria brasileira acompanhando os ventos das novas tecnologias. Tem-se, ainda, o agravante de que os eventuais novos empregadores consideram “velhos” os maiores de 45 anos.

A economia informal já deu sinais mais do que evidentes de saturação. Camelôs disputam, acirradamente, cada pedaço de calçada, à busca de consumidores e sob fuga dos fiscais.

A agricultura se coloca, portanto, como a alternativa viável para a manutenção do emprego e para a absorção da grande massa de trabalhadores desempregados. Neste contexto, a questão da terra deixa de ser o grande obstáculo, como se tem colo-

cado ao longo dos últimos tempos, e pode se transformar na grande solução para os problemas geradores de tensão social. Os tabus ideológicos sobre a questão agrária se transformam, portanto, na consciência de que existem outras colorações, que aquelas meramente políticas, no seu tratamento.

Entretanto, sabe-se que a mera distribuição de terras não viabiliza a reforma agrária. As últimas pesquisas demonstram que 22% das famílias abandonaram os assentamentos rurais, por inexistência de condições de se manterem em suas atividades. Por outro lado, a renda média familiar mensal, nos assentamentos bem sucedidos, alcança a 3,7 salários mínimos, valor igual aos vencimentos médios do trabalhador urbano, no País.

Portanto, se há uma população desempregada, mas, em parcela significativa, com larga experiência em atividades rurais, terras férteis e incidência de todos os microclimas existentes no planeta e, se o governo atribuir prioridade efetiva à reforma agrária, a expectativa será otimista quanto à reincorporação de milhões de brasileiros a uma única nação, que produz, que gera renda e empregos e, principalmente, que se alimenta. Um país não se constrói fundamentado, eternamente, em concessões filantrópicas e solidárias. Há que se edificar uma nação de verdadeiros cidadãos, brasileiros que se identificam não apenas por nascerem sobre um mesmo chão, mas, essencialmente, porque dele se sustentam.

Uma nação de migrantes

“Não é lícito utilizar-se do desamparo e do desespero do povo como armas políticas. Não é honesto criar perspectivas risonhas, mas vãs e temerárias. Menos, ainda, quando se trata de classes desfavorecidas, que não devem ser enganadas com ilusórias esperanças.”

Tal frase não foi retirada de um discurso ao pé de um túmulo qualquer em Corumbiara ou em Eldorado do Carajás. Nem se trata da extensão do conteúdo de uma faixa de protesto de desempregados, na Praça dos Três Poderes. Embora se justificasse, perfeitamente, também não é parte da exposição que motivou a criação do Programa de Comunidade Solidária.

Ela ocupa espaço em uma das primeiras páginas da mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, relativa à Lei nº 4.504, que instituiu o Estatuto da Terra.

Era o último dia de novembro de 1964, exatamente sete meses após aquela longa noite, cuja escuridão se estendeu por mais de vinte anos.

Isso mostra quão tendenciosos são os discursos, principalmente quando disparados contra a miséria de um povo. Foram mais de duas décadas em que a reforma agrária recebeu tratamento como questão de segurança nacional.

Em seu nome, transferiram-se os focos de tensão social, principalmente aqueles mais próximos de propagação nos grandes centros urbanos, para as regiões consideradas vazios econômicos e demográficos. Criaram-se grandes projetos de assentamento na Amazônia e o Incra passou a se constituir em órgão de colonização e quase nada de reforma agrária. Multidões se deslocaram em busca da terra prometida. A propaganda oficial

cuidou de envolver corações e mentes na crença de que, mantidas a seca e a cerca, era possível “ocupar as terras sem homens, com homens sem terra”.

Construiu-se, a partir daí, um país em movimento, de nômades. Menos que um caminho, uma encruzilhada cujos pontos de chegada dividiam-se entre as áreas de expansão e de fronteira e os centros urbanos, principalmente as regiões metropolitanas.

O Brasil tinha, em 1960, menos da metade de sua população nas cidades. Em 1970, 56%; em 1980, 68%; em 1990, 75%. A população rural é, hoje, quantitativamente, inferior à de 1960, enquanto as cidades se incharam em 80 milhões de brasileiros a mais do que naquela época.

É como se, em menos de quatro décadas, as cidades brasileiras recebessem toda a população atual da Alemanha, ou mais de duas vezes a da Argentina, ou dezesseis vezes a do Paraguai, ou vinte e cinco vezes a do Uruguai, ou ainda, a da França, da Bélgica e da Holanda, juntas. Mais do que isso: esse país de migrantes tem a metade de sua população fora dos municípios de origem e uma em cada três famílias brasileiras já se deslocou, pelo menos, seis vezes dentro do seu próprio território.

Tão caudalosos quanto os fluxos migratórios que se cruzaram em todas as direções, nas estradas empoeiradas de Rondônia, do Acre e do Pará, ou nas gares frias de São Paulo e do Rio de Janeiro, são os rios de tinta que se gastaram em discursos, projetos e teses, no parlamento, nos gabinetes e nas universidades, sobre a reforma agrária. Discursos com esperanças vãs, projetos com perspectivas ilusórias e teses que se sustentam, quase sempre, no vácuo do contraditório.

Hoje, já se mostram insuficientes as propostas de soluções isoladas ou de transferências de focos de tensão social, porque eles espoucam, com a mesma intensidade, no Pará, em Rondônia, no Paraná, no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo. Não são fatos localizados porque a concentração é parte de um

modelo de desenvolvimento que coloca o País como o de mais alta concentração de renda de todo o planeta. No Brasil, os 10% mais ricos abocanham mais da metade de tudo o que é gerado. Apenas dois em cada dez brasileiros são donos de mais de dois terços da renda nacional. Embora todos os discursos, projetos e teses, 56,7% das terras brasileiras estão nas mãos de 2,8% dos grandes proprietários ou menos de 1% deles detêm 35,9% do nosso chão. Não é à toa, portanto, que se contabilizam, hoje, quase 600 casos de conflitos fundiários, envolvendo 85.000 famílias. São números, relativamente, irrisórios, se comparados com os conflitos latentes. Os sem-terra, os sem-emprego, os sem-casa e os sem-nada não se cruzam mais em direções opostas. Juntam-se. Nos roçados e nos andaimes, juntam-se, também, as frustrações e, com elas, a consciência política. Já não se contentam mais, apenas, com a terra prometida. Nem mesmo com a terra dada. Lutam pela terra que, na sua percepção, lhes é devida. Lutam contra a contradição de um país com quase 17 milhões de miseráveis fora da porteira dos 300 milhões de hectares de terras agricultáveis, cercadas e guardadas como reserva de valor, longe de cumprir a função social consagrada desde o Estatuto da Terra e ratificada na Constituição de 1988.

Já não são as mesmas as mentes que deixaram para trás o semi-árido e as viúvas da seca e baratearam os salários nos grandes centros urbanos. Nem as que se embrenharam na mata e incorporaram o seu trabalho para viabilizar grandes projetos agropecuários. Sem terra, sem emprego, sem casa, sem nada, mas com a consciência de que não são, mais, meros exércitos de reserva.

E, é assim que os movimentos que, hoje, juntam bandeiras devem ser encarados. É bem verdade que não se pode afirmar que a questão agrária no Brasil mantém-se como questão militar. O fato do Ministério do Exército colocar à disposição os 6 milhões de hectares de sua propriedade para fins de reforma agrária, bem como os serviços necessários para sua demarca-

ção, parece se constituir no atestado desta mudança de concepção. Mas, é um grave erro continuar a tratá-la como questão policial, mesmo com a triste constatação de que a comoção social tem sido passageira.

A reforma agrária coloca-se, portanto, como uma questão social, no seu sentido mais amplo. E a questão social, no Brasil, já está plena de discursos e de teses. Mas, falta-lhe, ainda, um grande projeto.

A reforma agrária e os pequenos municípios

Uma das questões mais relevantes, que está a merecer atenção especial de todos os formuladores de políticas públicas no Brasil, é o recrudescimento das disparidades regionais e pessoais de distribuição da renda.

O grande contingente populacional que, até aqui, se dirigiu para os centros urbanos deixou para trás imensos vazios econômicos e provocou, nos destinos, sensíveis hematomas sociais, principalmente nas regiões metropolitanas. Nas áreas pobres permanecem, quase sempre, crianças e idosos, exatamente aqueles que exigem maior presença do Estado, em termos de serviços de educação e de saúde, enquanto nas cidades, o desemprego, a falta de moradia e de outros requisitos básicos de sobrevivência criam verdadeiros guetos marcados pela fome e pela miséria.

Não é à toa que o Brasil já é considerado, segundo dados do Banco Mundial, o país de maior concentração de renda de todo o mundo: mais da metade da renda nacional se concentra nas mãos de, apenas, um em cada dez brasileiros. Enquanto quatro em cada cinco trabalhadores somam rendimentos que não atingem a um terço do que é gerado no País, um único apresentador de programas populares de televisão, citado em matéria de capa da revista *Veja*, e que procura atingir, exata e ironicamente, as camadas mais pobres da população, obtém uma remuneração mensal equivalente a 1.153 anos de suor de um trabalhador de salário mínimo, incluído o décimo terceiro. É como se esse mesmo trabalhador tivesse sua carteira assinada nos idos de junho do ano de 843 (depois de Cristo). Ou, um único dia de trabalho do primeiro seria suficiente para contar o tem-

po necessário para aposentadoria integral do último e, ainda, lhe sobriariam três anos para engrossar as fileiras reivindicatórias por melhores condições de vida.

Os fluxos migratórios que, até aqui, se deslocavam em mão única, já esboçam movimentos de reversão. A Estação da Luz, em São Paulo, já não é, mais, somente porta de chegada. E outras tantas estações ferroviárias e rodoviárias de todas as grandes cidades brasileiras assistem ao reembarque de milhares de passageiros, antes expulsos pela pobreza do campo e, hoje, enxotados pela miséria das cidades e que, agora, se desdobram nos trilhos e nas estradas, muitas vezes sem qualquer destino ou direção.

O Estado não pode mais continuar a reboque da história, sob pena de ser atropelado pelos fatos. Neste refluxo populacional, que deverá se intensificar com a crise estrutural do desemprego urbano, dois caminhos parecem se colocar no horizonte do Poder Público.

O primeiro é a reforma agrária, cujos assentamentos se localizem próximos aos núcleos urbanos de origem das populações rurais expulsas para as cidades. Resgata-se, com isso, os traços culturais e sociais perdidos com a migração, além de se propiciar melhor capilaridade aos serviços públicos a serem colocados à disposição destas populações.

O segundo caminho é o fortalecimento dos municípios de pequeno porte e das regiões consideradas deprimidas. Não se pode negar que se trata de tarefa das mais árduas. Os recursos públicos, cada vez mais escassos, tendem a se deslocar, com maior intensidade, para as regiões geradoras destes mesmos recursos, por apresentarem maiores possibilidades de retorno, em termos econômicos, e por concentrarem, quase sempre, lideranças políticas melhor articuladas para a negociação de fatias mais suculentas dos orçamentos públicos.

O art. 158 da Constituição Federal estipula, em seu inciso IV, que pertence aos municípios, “vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações rela-

tivas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”. Destes recursos, três quartos, no mínimo, dependem da proporcção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e da prestação de serviços em cada município e, o restante, depende de lei estadual, que estabelece os critérios de distribuição de tal parcela do ICMS.

Ora, a primeira parte dos recursos, a mais significativa, tende a melhor aquinhoar aqueles municípios que já apresentam atividades geradoras de riquezas. Mas, os governos estaduais, por meio de legislação aprovada por suas respectivas assembleias, pode estipular critérios legais que direcionem a segunda parte para potencializar recursos latentes nos municípios menos desenvolvidos e para socorrer aqueles que apresentem maiores sinais de debilidade econômica e social.

Caso exemplar, citado pela grande imprensa, nos últimos dias, é o de Minas Gerais. O Governo do Estado estabeleceu um verdadeiro “contrato de gestão” com as prefeituras municipais no sentido de que, quanto mais eficientes forem as administrações locais, na consecução de objetivos comuns, mais vultosos são os recursos do ICMS transferidos para o município, no exercício posterior.

A Lei Estadual nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, estabelece como critérios, não somente os considerados clássicos, como tamanho relativo da população, da área geográfica e da produção agrícola e industrial, mas, também, aqueles que procuram maximizar a *performance* dos administradores municipais, consubstanciadas nos indicadores relativos à educação (capacidade de atendimento do município em relação ao número de alunos matriculados na rede municipal), saúde (relação entre o gasto *per capita* do município em relação ao somatório do gasto *per capita* de todos os municípios), acréscimos da área cultivada na agricultura, além de outros indicadores formulados com base na atuação do município em relação ao seu patrimônio cultural e à proteção ao meio ambiente.

Além disso, os critérios levam em conta a utilização de recursos próprios, a existência de municípios mineradores e compensações financeiras para eventuais desmembramentos de distritos. Todas essas transferências se somam a uma cota mínima, igual para todos os municípios do Estado.

Essa Lei, conhecida popularmente como “Robin Hood”, já propiciou, no primeiro quadrimestre de 1996, acréscimos de repasses superiores a 1.000%, em relação a igual período do último ano, principalmente nos municípios pertencentes às regiões consideradas bolsões de pobreza.

O País já passou do processo de urbanização para o de metropolização. Quem sabe seja este o momento de uma discussão séria sobre um novo processo de ruralização. E ser rural, no Brasil, não significa morar aquém das placas indicativas de perímetros urbanos. Rurais são quase todos os pequenos municípios brasileiros, cuja sede é, na verdade, a aglomeração relativamente mais densa. Mas, no caso, essa aglomeração é salutar, porque facilita a capilaridade da ação pública.

Como se observa, embora árduos, todos os caminhos podem ser pavimentados pela criatividade e, sobretudo, pela decisão política.

Preservar os avanços da Lei de Licitações

Há vários meses, o titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado vem divulgando a intenção governamental de enviar ao Congresso projeto de lei modificando, substancialmente, a atual Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), que, no seu entender, é “a pior lei do mundo”. Objetivamente, são apontados como inconvenientes graves dessa lei o aumento do custo das compras e serviços contratados pelo Estado, a formação de cartéis para a cotação de preços muito superiores aos de mercado, a aquisição de bens e serviços de qualidade inferior em face da prevalência do critério de menor preço no julgamento das propostas e cotação de preços altos pelos participantes das licitações em razão da demora do Estado em honrar seus compromissos (*Jornal da Tarde* de 6-4-96, pág. 6A).

Conheço, nos seus pormenores, a Lei nº 8.666/93, pois fui relator, no Senado Federal, do projeto que lhe deu origem. Apesar do tempo decorrido, ainda lastimo que o Substitutivo que a ele ofereci, então prontamente acolhido pelo mesmo Senado, não tenha merecido idêntico destino na Câmara dos Deputados. Afinal, tratava-se de texto que era fruto de criterioso trabalho de equipe, produzido a partir de valiosos subsídios colhidos em audiências públicas e outros mecanismos de escuta dos meios especializados. Contudo, ainda que persista no entendimento de que o texto de minha autoria tratava mais adequadamente a matéria, jamais endossaria as críticas que o titular do Ministério da Administração vem opondo à Lei de Licitações.

De início, parece-me incorreto atribuir-se à lei o aumento de custos das compras e serviços contratados pelo Estado. Entendo, ao contrário, que uma das virtudes da nova lei é, pre-

cisamente, colocar ao alcance do bom gestor mecanismos que impedem contratações a preços superfaturados. Basta verificar que a lei em questão determina que já conste do próprio edital o critério de aceitabilidade dos preços (art. 40, X), o que impõe à Administração a realização de prévia pesquisa de preços.

Além disso, ainda nos termos da mesma lei, cabe à Administração verificar a conformidade de cada proposta com os preços de mercado ou, quando for o caso, fixados por órgão competente, correndo-lhe ainda o dever de desclassificar as propostas desconformes ou incompatíveis com tais preços (art. 43, IV, c/c art. 48, II).

Por aí se vê que só contrata a preço superfaturado aquele que efetivamente o desejar. Tanto isso é verdade que, poucos meses após a promulgação da lei, o então titular do Ministério dos Transportes, segundo foi amplamente noticiado, anunciou a sua intenção de renegociar os preços de boa parte dos contratos então administrados por aquela pasta, ao argumento de que os preços ofertados nas novas licitações haviam caído a quase a metade!

Também inconsistente, a meu ver, é a alegação de que a nova lei propiciaria a formação de “cartéis de fornecedores” a fim de elevar preços. Basta ver que, a par de utilizar os mecanismos referidos no parágrafo anterior, a Administração pode ainda abrir o prazo de oito dias para a apresentação de novas propostas escoimadas dos vícios que motivaram a desclassificação (art. 48, parágrafo único), ou contratar diretamente, atendidas as formalidades legais, quem ofereça preços compatíveis com os praticados no mercado (art. 24, VII).

Também não se sustenta a afirmação de que o Estado é impelido a adquirir bens e serviços de qualidade inferior em razão do julgamento das propostas pelo critério de menor preço. Ora, é óbvio que o objeto da licitação deve ser pormenorizadamente descrito no edital, com especificação não apenas dos requisitos técnicos indispensáveis, mas, principalmente, dos padrões mínimos de qualidade aceitáveis.

O que ocorre, em verdade, são editais lançados, de regra, com descrição deficiente do objeto da licitação, o que deixa a Administração à completa mercê dos caprichos dos licitantes.

O mesmo se diga, por fim, do sobrepreço decorrente da mora da Administração em solver seus compromissos. Além de a causa decorrer exclusivamente do mau funcionamento da Administração, note-se que a lei impõe como condição prévia para a abertura de licitação a existência de previsão orçamentária de recursos suficientes ao adimplemento das obrigações a serem assumidas (art. 7º, § 2º, III e IV), o que significa dizer que, sem recursos, não há sequer como iniciar o procedimento licitatório.

Como se vê, os apontados males da Lei nº 8.666/93 decorrem principalmente dos problemas gerenciais hoje comuns à Administração, que, por não investir no aprimoramento e profissionalização dos recursos humanos necessários, há muito se ressentida da falta de bons quadros, notadamente em funções cujas tarefas impõem razoável conhecimento técnico, como é o caso dos procedimentos licitatórios.

Entendo que é preciso a máxima cautela ao pretender introduzir qualquer alteração substancial na nova Lei de Licitações, pois, embora possa apresentar eventuais inconvenientes, contém ela, inegavelmente, valiosos avanços se comparada ao antigo Decreto-Lei nº 2.300/86.

Um desses avanços está na livre concorrência instaurada a partir de sua promulgação, especialmente porque não são mais admissíveis exigências descabidas na fase de habilitação dos licitantes, como ocorria com as antigas solicitações de apresentação dos famigerados “atestados de capacidade técnica”, objeto de oportuno veto do Presidente Itamar Franco.

Alterá-la impensadamente, da forma e pelos motivos até agora alegados, é sobretudo legitimar novos atentados ao bem público, ressuscitando antigas formas de assalto ao Erário.

A morte do homem que sabia demais

E escrevo essas linhas no momento em que ainda pairam sérias dúvidas sobre a autoria do crime que eliminou o mais completo arquivo de informações da história recente da corrupção no País. Sei que, mais horas, menos dias, é possível que o nome do assassino do Sr. PC Farias venha a ecoar nas salas de milhões de telespectadores, ávidos por decifrar mais este final infeliz.

Não sabemos quais foram os reais motivos que levaram à consumação do fato mas estou certo que razões haviam para silenciar “o homem que sabia demais”. Para muitos, mais importante que o coração emudecido pela bala que atingiu o Sr. PC, é a sua morte cerebral.

Se por crime passional – o que não acredito – ou por motivo torpe, PC é hoje, um arquivo morto. O silêncio que hoje jaz no Campo das Flores, em Maceió, é o mesmo de inúmeras salas frias, onde descansam em paz não menos volumosas pastas que um dia o pó irá sepultar. São inquéritos cuja *causa mortis* é, quase sempre, a esclerose múltipla do poder público, debilitado precocemente por esforço repetitivo e que teima em transformar tapetes em tumbas.

As CPI's PC/Collor e do Orçamento cuidaram de levantar as bordas deste tapete como que numa “perícia” do esqueleto da corrupção no Brasil. Através da quebra do sigilo bancário, montou-se o “corruptograma”.

Depois de cassado o presidente, sob a culpa de “mandante”, em ato contínuo à posse, o Sr. Itamar Franco criou a Comissão Especial de Investigação para apurar todos os atos lesivos ao patrimônio e aos recursos públicos. A CEI era composta

de cidadãos de ilibada reputação e de reconhecida competência em suas áreas de atuação. Insuspeitos, debruçaram sobre milhares de páginas de documentos, ouviram dezenas de pessoas e produziram análises e recomendações em todos os níveis. Para a CEI, a corrupção jamais poderia ser tratada, apenas, como mais uma página virada.

Não se sabe, ao certo, quem participou das cerimônias póstumas de arquivamento da documentação produzida pela CEI. Sabe-se, apenas, que ela é, hoje, mais um arquivo morto e, até aqui, foram vãs as tentativas de sua exumação. Mais do que isso, não se tem conhecimento exato de onde ela usufrui da desmerecida paz.

Tal e qual o destino da documentação da CEI, em algum lugar do Senado Federal também descansa o acervo consultado e produzido durante as duas CPI's mais importantes instaladas no Congresso Nacional. São informações que propiciaram a decisão histórica do *impeachment* e a cassação de parlamentares cúmplices nos atos de corrupção no orçamento público. Mas, todas as investigações deram conta de que faltava, ainda, a "CPI dos Mandantes".

Foi exatamente este o espírito que me propiciou energias para a coleta de assinaturas necessárias à instalação da "CPI dos Corruptores". Recomendada por votação unânime e constante do Relatório Final da "CPI do Orçamento", tal CPI se fundamentaria, portanto, em fatos mais do que determinados.

Mas, os mesmos interesses que sepultaram a documentação da CEI e, quem sabe, o Sr. PC Farias, cuidaram de abortar a CPI dos Corruptores. Não foram indicados todos os seus integrantes, isto é, não se desenvolveu por absoluta falta de membros.

Como já disse, ainda não sei quem matou o Sr. PC Farias. Mas sei que sobram motivos para o seu silêncio eterno. Sei, também, que são os mesmos que condenaram os trabalhos da CEI ao esquecimento, que calaram a CPI dos Corruptores e outras investigações sobre fatos cada vez mais recorrentes na mídia.

Mas, eu ainda sei que a impunidade tem como contraponto a indignação. Como na TV, a população brasileira está a exigir, cada vez mais, desfechos e, conseqüentemente, quer decidir sobre os finais. E, como se percebe nas ruas, nas praças e nas esquinas, a população também está consciente de que a corrupção é uma novela cujos capítulos se arrastam repetitivamente e que, portanto, “não vale a pena ver de novo”.

Origens da corrupção

Q

uem diria, o primeiro ato de corrupção virou notícia já no terceiro capítulo do Livro Gênesis, exatamente o que revela a criação do universo e, conseqüentemente, do homem. Isso significa que os seres humanos mantiveram-se incorruptíveis por, apenas, dois capítulos da Bíblia Sagrada. Não fossem os encantos da serpente maligna, estaríamos todos, hoje, no pleno gozo do paraíso. E, quem sabe, a Bíblia se circunscreveria ao capítulo II, o que não seria nada desagradável, pois ali se trata do paraíso terrestre e, como se algo ainda faltasse, da criação da mulher.

Não sei em que parte desse paraíso estaríamos hoje. Quem sabe, numa destas ilhas paradisíacas ao som de “O Thaiti é aqui”. Todos, incluindo os milhões de brasileiros que não conseguem mais o pão, nem com o suor dos próprios rostos.

Como se vê, muito pouco tempo depois de sua criação, o homem não se contentava mais nem mesmo com o paraíso criado por Deus. E, depois de um longo, tumultuado e velho testamento, Ele, em sua infinita bondade, houve por bem enviar à Terra o seu único Filho, para pregar o amor, a paz, a união entre os povos, os princípios éticos, a liberdade, a igualdade, a fraternidade a decência e a probidade. Pois é, venderam-No por trinta dinheiros.

Deus fez o homem à sua imagem e, parece, nem todos se mantiveram à sua semelhança. Por isso, combater a corrupção significa resgatar, no homem, a concepção que Deus fez dele. A luta contra a corrupção é, portanto, um sacerdócio.

A corrupção é o grito de dor nas filas dos hospitais. É a escuridão do analfabetismo. É o desemprego, a fome e a misé-

ria. Como contraponto, combatê-la se torna, portanto, algo como contribuir no resgate do projeto divino de construção do paraíso.

É por essa razão que não me cabe implorar prioridade para as ações que encarnem o objetivo de combater a corrupção. Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que agora se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político.

É bem verdade que as orações de combate à corrupção têm sido, ultimamente, pouco comunitárias. E são poucos os “sacerdotes” que ainda inspiram fé. Não é à toa que se baixam, tanto e cada vez mais, os olhos, quando os jornais estampam os gráficos com índices de popularidade. É o povo que não se contenta mais em responder unicamente amém.

De minha parte, jamais economizei orações. Aliás, tenho sido, talvez, dos oradores que mais ocuparam as tribunas para conclamar o combate à corrupção. E o coral do povo tem sempre me acompanhado, em uníssono.

Creio, firmemente, que ainda é possível estancar esse tumor mal curetado que teima em minar as resistências da alma brasileira. E tal operação exige a assepsia de homens que se inspiram na imagem do Criador: devem ser probos, íntegros, livres de qualquer má suspeição. Essa é, a propósito, a imagem que inspirou o Presidente Itamar Franco, ao instituir a Comissão Especial de Investigação (CEI). Queria ele que a CEI fosse totalmente isenta, no sentido de investigar todas as denúncias de corrupção que teimava em se manter corroendo as entranhas da dignidade nacional.

A CEI revolveu inúmeros pecados mortais cometidos pela administração pública. Mas, essa mesma administração teve poder suficiente para transformá-los, no máximo, em veniais. Mais do que isso: proclamou o autoperdão, sem qualquer penitência.

A extinção da CEI se constituiu em um dos primeiros atos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não tenho o

poder de adjetivar esse pecado da assessoria do Sr. Presidente. Curvo-me, entretanto, à grandeza do arrependimento e do perdão. A CEI pode ser recriada. Sustentação institucional não lhe faltará. O projeto de lei autorizativo, de minha autoria, já tramita na Câmara dos Deputados, após aprovação consagrada pelo Senado Federal.

Há tempo e condições, portanto, do Sr. Presidente sanar esse erro que acredito ser fruto de má assessoria. Afinal, serpentes também crescem e se multiplicam.

Teotônio Vilela: a imagem do semeador

Nada mais difícil do que traçar o perfil do Teotônio Vilela, apesar de ter convivido com ele durante tanto tempo, na resistência democrática e na luta pelos direitos mais fundamentais de todos os brasileiros. É que ele parecia transcendental. Ele inspirava algo de divino. Pudera, ele incorporava o poder de Deus até no próprio nome! Talvez seja por isso que o seu reino parecia não ser, também, deste mundo. Como alguém que encarnou, no seu tempo, a imagem do semeador, ele plantou idéias e exemplos. E não partiu para a eternidade sem, antes, ensinar todos os passos da colheita.

Talvez não fosse necessário resgatar a sua biografia. Porque a vida dos verdadeiros amigos é transparente. Imagine-se, então, a dele, que dedicou a sua existência a todos os que pouco ou nada têm além da própria vida. Ele era onipresente. A dor do excluído era, para ele, sempre maior do que a de seus cânceres. E ele pregava que a fome, a miséria e a injustiça são tumores malignos, mas curáveis.

Suas muletas pareciam ser, na verdade, batutas. Como um maestro, dava o tom e marcava as entradas. Dos cárceres, dos templos invadidos pelos vendilhões e dos corações petrificados pelo ódio, pela discriminação e pela omissão.

Apesar de, ainda hoje, sentir a sua presença viva, como uma luz, eu, às vezes, imagino o Teotônio caminhando, no planalto do céu, de braços dados com o Ulysses, com o Tancredo, com o Pasqualini e com tantos outros. Parece-me, até, que nenhum deles está a desfrutar do merecido descanso. Porque eu também imagino que o Teotônio continua inquieto com o que está acontecendo nestas terras acidentadas do Brasil. Quem,

como eu, tantas vezes caminhou ao seu lado, sabe que ele não descansará, nem no céu, enquanto faltar pão na terra onde ele ensinou a plantar e a colher. Por isso, para o seu verdadeiro descanso eterno, ele quer a salvação de todos aqueles que ainda ardem no inferno da fome, da desnutrição, da miséria, da doença, do analfabetismo, da injustiça, da discriminação e da omissão.

Teotônio Vilela é o outro nome de todas as ruas e praças deste País. Porque em todas elas ele fincou a sua bandeira da esperança. Ele dizia ser um homem de muita sensibilidade e de muita ilusão. E que é preciso acreditar no amanhã, mesmo sabendo que, até lá, é preciso muito esforço e tenacidade. A gente sentir lá dentro que é capaz de ultrapassar a adversidade é uma forma de ilusão. É o meu caso. E não é uma coisa vã, desprovida de qualquer apoio, porque eu sinto isso. É um problema de sensibilidade”.

Pois é, Teotônio Vilela não morreu. Deus lhe pediu um aparte!

1996 – O ano dos bancos

Para as instituições públicas, parece não existir o cidadão brasileiro na sua inteireza. Ele é o doente para o ministério e as secretarias de saúde, o analfabeto para os órgãos encarregados da educação, o desempregado para os responsáveis pelo trabalho, e assim por diante. Para estas instituições, tudo indica que se perdeu a idéia horizontal de cidadão e se assumiu, frente a ele, uma postura vertical, enquanto carente. E, assim, o cidadão, com todos os seus direitos fundamentais, passa a ser o carente de saúde, de educação, de emprego produtivo, de alimentação, de segurança, dependendo do “balcão” onde se identifique.

Com isso, os grandes problemas nacionais passam a ser encarados, também, como fatos isolados e, como tal, questões conjunturais, passíveis de intervenção com o anúncio de novos programas setoriais. E a implantação destes programas, cujos recursos tendem a permanecer, em parcela significativa, na manutenção da própria máquina administrativa, realimentam a postura maquiavélica de dividir o cidadão em supostas diferentes carências.

O que é mais preocupante é que essa postura não se limita aos órgãos que se assumem como setoriais. O planejamento brasileiro, em todos os níveis, tem sido, principalmente nos últimos anos, míope e segmentado. Assim, parece não haver, para o governo, correlação entre a questão dos sem-terra e a crise econômica, as endemias e epidemias e a falta de saneamento básico, a renda familiar e o analfabetismo. Pior ainda, à busca de mais recursos no Planejamento, os órgãos setoriais chegam a disputar os “carentes”, porque, aí, antes de serem cidadãos, eles

são indicadores estatísticos que justificam maiores fatias do “bolo” orçamentário. E isso alimenta o tal círculo vicioso da setorialização.

Mas, são exatamente os mais recentes dados estatísticos que devem estar preocupando os tomadores de decisão na esfera pública. Porque os números dizem por si mesmos. E porque a crise econômica aguça, nas pessoas, a sua percepção enquanto cidadãos, isto é, elas passam a sentir-se em uma dimensão mais compreensiva e, principalmente, mais coletiva.

É por isso que os governos não podem insistir na contração da história, sob pena de serem abalroados pelos números que a ilustram. O País mudou de pista e os governos teimam em manter-se, apenas, nos desvios.

São milhões de desempregados, vítimas de uma crise ainda mal dimensionada. São quase quarenta milhões de brasileiros que não comem, não se vestem e nem moram adequadamente, quase a metade deles miseráveis, que não têm nem mesmo o que comer, vestem-se de trapos e vivem ao desabrigo das pontes.

Aliás, parece não haver mais espaço suficiente, nem mesmo sob as pontes e os viadutos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, elaborada pelo IBGE, em 1993, e somente agora divulgada, merecem reflexão.

Nos três anos que separam esta pesquisa da anterior (1990), quase 4,5 milhões de pessoas se somaram à categoria dos “ocupados”, mais de 90% deles na agricultura. Isso significa uma reversão na tendência observada em quase meio século de história do País.

Até o início desta década, as luzes da cidade atraíam. Hoje, elas andam assim como na penumbra. Portanto, se há quase 17 milhões de famintos (e outros tantos mal alimentados), se há escassez de alimentos, se o País ostenta a dádiva de possuir todos os microclimas do planeta, se as migrações internas se reverterem no sentido urbano-rural, se a cultura originária da população brasileira é rural e se o desemprego é o grande fantasma

que ronda quase todos os lares brasileiros, não seria lógico que a maior parcela dos recursos públicos disponíveis fossem carreados para o incentivo à produção agrícola?

Segundo a mesma PNAD, quase a metade da população que retornou para o campo encontra-se na categoria dos “não-remunerados”, o que é reforçado pela diminuição do número de “assalariados rurais”. Isso significa que, aproximadamente, dois milhões de trabalhadores ou se transformaram em “unidades familiares de produção”, à espera de uma melhor alternativa, ou trocaram as pontes e os viadutos pelas margens das estradas. Isso também não justificaria priorizar recursos para a agricultura?

Tudo indica que a destruição de empregos urbanos está ligada a causas estruturais, diferentemente de outros períodos anteriores de crise, caracterizados por desempregos cíclicos. Ainda isso não instigaria o Governo Federal a colocar a agricultura como prioridade nacional?

Não parece, a não ser no discurso. “1996 é o ano da agricultura” foi a manchete dos jornais de 23 de fevereiro último, baseada no programa “Palavra do Presidente” do dia anterior. Pois bem, o “ano da agricultura” chega ao final com uma safra de grãos quase 10% menor do que a do período anterior, com um decréscimo de área cultivada de 4% em relação ao último ano agrícola e uma queda de produtividade em torno de 2,5%.

É inacreditável e, até, inconcebível que o “País de todos os microclimas”, importe, no seu “ano da agricultura”, arroz, feijão, milho, trigo e outros alimentos básicos. Pior: em 1989, ano anterior ao penúltimo levantamento da PNAD, a área agrícola cultivada no Brasil era da ordem de 54,8 milhões de hectares. Em 1993, quando da última pesquisa, esse número caiu para 45,2 milhões. Portanto, no mesmo período em que quatro milhões de trabalhadores brasileiros procuravam novas ocupações no campo, enxotados pelo desemprego nas cidades, a área cultivada decresceu quase dez milhões de hectares. Trata-se, portanto, de uma relação inversa e perversa.

O erro talvez esteja nas manchetes dos jornais. O melhor título deveria ser “1996 é o ano dos bancos”. Ou, quem sabe, no significado da sigla. O PROER não é o Programa de Recuperação Organizada da Economia Rural. Mesmo porque, se o fosse, não seriam liberados, até aqui, os R\$13,3 bilhões para recuperar a agricultura brasileira. E, se isso ocorresse, seriam utilizados todos os meios de comunicação para dar retumbância ao fato, obviamente, em horário fora da calada de uma noite de sexta-feira.

Pelo visto, o produtor rural brasileiro continuará a ser, ainda por muito tempo, o carente de saúde para o Ministério da Saúde, o carente de educação para o Ministério da Educação, o carente de trabalho para o Ministério do Trabalho. Para os banqueiros, parece não ser necessário criar um novo Ministério dos Bancos. Seria, apenas, uma questão de nomenclatura.

A opção preferencial pela amnésia

A história de um país nunca prescreve. Quem se os livros e ela sobreviverá na memória de seu povo. Mas a esse mesmo povo nem sempre é permitida a oportunidade de conhecer toda a história de seu país. Caso contrário, quedariam sem função os seus historiadores. Mas, pobres historiadores brasileiros! A pesquisa histórica, no Brasil, tem se tornado, cada vez mais, algo como um exercício de exumação, porque nossos principais documentos parecem se transformar em verdadeiros arquivos mortos.

Pelo menos, é este o quadro que resulta da matéria editada em reportagem especial deste jornal, no último dia 3 de setembro, sob o título “Memória do Brasil pode parar no lixo”. Ali, o que se mostra é a opção preferencial pela amnésia. Documentos importantes para o resgate da nossa história ao sabor de traças e cupins, ensopados pelas infiltrações de porões e garagens oficiais. Escritos que instigaram a população a ocupar as ruas de todo o País com seu brado pela ética na política e que propiciaram o *impeachment* de um Presidente da República e a cassação de mandatos parlamentares são tratados, hoje, como verdadeiros estorvos, ao desabrigo do descaso. Triste constatação. *Zero Hora* mostrou que nossa “Operação Mãos Limpas” resultou na aparência suja de um amontoado de lixo.

Que se espalhe, então, todo esse “lixo” pelos quintais de todos os brasileiros, não só daqueles que tiveram o privilégio de ler a matéria de *Zero Hora*. Quem sabe, daí, cada qual possa vassourar os fantasmas remanescentes dos esquemas de corrupção, que teimam em se locupletar com o sagrado dinheiro dos hospitais públicos, das escolas, das creches e da própria

vida de milhões de brasileiros. Ou, então, que se recicle todos os papéis utilizados nas investigações das CPI do *Impeachment* e do Orçamento para propiciar o relatório final da CPI dos Corruptores. O que se sabe é que ali se amontoam todos os elementos necessários ao complemento das investigações sobre os desvios de recursos e a dilapidação do patrimônio público. Ali também estão todas as informações que nortearam a aprovação de requerimento de minha autoria, durante a votação do relatório final da CPI do Orçamento, que recomenda a investigação, imediata, das ações dos agentes corruptores.

Em algum outro lugar, incerto e não sabido, segundo o próprio Ministério da Justiça, em resposta ao meu pedido de informações, dormitam outros documentos, agasalhados por outras caixas amontoadas, cuja poeira deve esconder as etiquetas indicativas dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação – CEI, que, também, enumerou atos de corrupção na administração pública. Esta Comissão foi criada pelo ex-Presidente Itamar Franco, tão logo por mim proposta, e fulminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no 19º dia de seu mandato.

O meu requerimento de instalação da CPI dos Corruptores também foi encaminhado para o arquivo morto. Deve ser um desses papéis fotografados por *Zero Hora*. Igual destino deve merecer o meu projeto, aprovado pelo Senado Federal, que autoriza o Senhor Presidente a recriar a CEI. Como o título da matéria citada, eles se mantêm como “memória do Brasil”. Mas podem, também, “parar no lixo”.

A reportagem do jornal registra o flagrante do que deveria se constituir em crime correlato ao de queima de arquivo. As fotos não necessitariam de legenda. Porque, como que querendo estilhaçar as lentes do fotógrafo, elas significam o grito de dor da falta de hospitais, o silêncio ensurdecido do analfabetismo, o tremor pelo frio e pelo medo no relento das pontes e dos viadutos e o reclamo profundo dos estômagos que se alimentam apenas da solidariedade de outrem. Por tudo isso, livro-me da

penitência pelo pecado da omissão e da cumplicidade. A luta pelo melhor destino dos recursos públicos é cláusula pétrea da minha própria história. Estou encaminhando requerimento ao Sr. Presidente do Senado Federal para que sejam tomadas as providências cabíveis para o caso. Estou requerendo, também, informações aos senhores ministros responsáveis pelos documentos citados na matéria, no sentido de que sejam apuradas as responsabilidades e resgatadas as informações que ainda se teima em deletar.

Entretanto, ainda se pode extrair algo de positivo na matéria de *Zero Hora*: a importância fundamental da imprensa livre e democrática. Sem ela, certamente, não teria havido a CPI Collor/PC. Sem ela, dificilmente seria instalada a CPI do Orçamento. Com ela, quem sabe, a CPI dos Corruptores e as investigações da CEI renasçam do pó.

Em defesa de uma revisão constitucional

Não há como negar: o Congresso Nacional vive um de seus momentos mais sensíveis, em termos de legitimidade popular. É bem verdade que os ventos da democracia, que derrubaram todas as barreiras que se interpunham entre o público e o seu poder constituído, parecem ter sido mais fortes pelos lados do Legislativo. Aqui não há porta-voz. O Congresso Nacional comunica-se com a população através da própria imprensa.

Entretanto, não deixa de ser preocupante o fato de o Poder Legislativo situar-se no rodapé do quadro de legitimidade institucional. A população brasileira, segundo as últimas pesquisas, atribui maior prestígio, por exemplo, aos Sindicatos de Trabalhadores e, até mesmo, aos clubes de futebol do que aos seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Congresso Nacional não é uma instituição monolítica. Ao contrário, ele é a verdadeira síntese de um País de contrastes. As mais diferentes correntes de opinião se expressam, nas tribunas, através de partidos políticos, e fundamentam, em última instância, os seus princípios doutrinários e programáticos. Era de se esperar, portanto, que, pelo menos, a legitimidade dos partidos políticos que dão conformação ao Congresso Nacional fosse a continuidade e a conseqüência do voto livre, secreto e democrático. Mas não é. Os partidos políticos, segundo as mesmas pesquisas, não têm prestígio para três em cada quatro brasileiros.

A experiência mundial mostra que não há como imaginar um regime democrático sem um congresso legítimo e sem

partidos políticos verdadeiramente representativos. Esse mesmo Congresso, hoje visto apenas pelo retrovisor da avaliação popular, já propiciou momentos memoráveis na história política recente do País. Quem não se lembra dos debates que deram origem à Constituição de 1988? Os corredores e os salões do Congresso Nacional transformaram-se em ruas e praças e as tribunas nos coretos que identificam o lugar central, o centro de convergência de idéias e de expectativas.

Talvez fosse aquele o momento mais adequado para uma ampla reforma política e partidária, fundamentada no contraditório do debate de idéias que emergiram da própria população. Perdeu-se, portanto, a oportunidade de se rediscutir a representação partidária, quando o Congresso se transfigurava na face do próprio País. É que se concentraram todos os esforços na discussão de um documento onde tivesse lugar tamanhas esperanças reprimidas, ou a dor do amigo, do pai, do companheiro ou, ainda, o corpo insepulto do anônimo desaparecido. Ou, quem sabe, as ilusões perdidas com a morte de Tancredo Neves.

É por isso que, talvez pelo receio da volta a um passado tão perverso e tão recente, a Constituição de 1988 seja tão abrangente. É que, naquele momento, antes de ser abrangente em demasia, ela teria que ser envolvente o necessário. E, aí, matérias que poderiam ser caracterizadas com infraconstitucionais se transformaram em preceitos constitucionais. Não é à toa que mais de duzentos artigos da Constituição de 1988 ainda não foram regulamentados. É que, quando os assuntos considerados mais polêmicos geravam risco do chamado “buraco negro”, os constituintes invocavam o artifício de remetê-los para a legislação subsidiária e, conscientes dos riscos de tal decisão, previram, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Revisão Constitucional, após um período de cinco anos.

O que os constituintes não previram é que o fim de tal período, se considerado “ao pé da letra”, coincidiria com um ano eleitoral e, conseqüentemente, com as últimas luzes dos mandatos parlamentares. Também não poderiam prever que se tra-

taria de um dos períodos mais conturbados da história política brasileira, com o *impeachment* do Presidente da República, pelas vias constitucionais e a cassação de parlamentares revestidos de poderes constituintes. Daí, o fiasco da revisão que se propôs ocorrer em 1993.

Fracassada a revisão, as mudanças constitucionais passaram a ser discutidas ao sabor de emendas que, embora os trâmites regimentais, em termos de discussão e *quorum* (3/5, em duas votações, em cada uma das Casas do Congresso Nacional), são apresentadas, quase sempre, segundo interesses momentâneos do Poder Executivo ou deste ou daquele parlamentar, não raras vezes movido por interesses de grupos de pressão melhor organizados. Não há, aí, o propósito de se discutir a Constituição Federal como um todo e os rebatimentos sobre assuntos que lhe são específicos.

A essa miscelânea de apresentação de emendas há a falta de regulamentação de temas considerados relevantes, somam-se a mixórdia das medidas provisórias. O que deveria ser justificado pela relevância e pela urgência, tornou-se instrumento de administração do dia-a-dia, já ultrapassando 1.500 edições, isso sem considerar as reedições sucessivas e mensais que chegam, em alguns casos, a quatro dezenas. Medidas provisórias, que se justificam como relevantes e urgentes pelo Poder Executivo, não são votadas pelo Congresso Nacional durante quatro anos. Ou seja, para o Congresso, não são relevantes nem urgentes, por todo o período de um mandato legislativo.

Triste constatação. A Constituição “cidadã” se transformou numa miscelânea de leis que não complementam e de medidas que não são provisórias, ao relento de filiações partidárias que, muitas vezes, não se atrelam a idéias, mas a barganhas corriqueiras que denigrem os verdadeiros postulados de São Francisco de Assis, tudo isso em nome da fiel observância à “lei de Gérson”.

Esse é o quadro político-partidário brasileiro, pintado, aqui, em cores cinzentas. E é exatamente ele que dá moldura à

Proposta de Emenda Constitucional nº 50/96, que apresentei no último dia 10 de outubro. Ela se antepõe ao varejo das emendas constitucionais e às medidas provisórias que, na verdade, preenchem o vácuo das regulamentações reclamadas pela Constituição de 1988. Tenho consciência de que a minha proposta é, sobretudo, ambiciosa. Com ela, procuro resgatar a revisão constitucional abortada em 1993. Mais do que isso: as idéias que serão debatidas e que darão corpo a um texto constitucional mais condizente com a realidade atual e com o projeto que se deseja para o País, serão, também, o suporte necessário à consolidação de agremiações partidárias verdadeiramente representativas do pensamento dos diferentes segmentos da população brasileira.

Preocupa-me, portanto, a questão da legitimidade, tanto do novo texto constitucional, quanto dos parlamentares que irão aprová-lo. O plebiscito e o referendo serão os dispositivos utilizados para legitimar, respectivamente, os novos parlamentares, eleitos nas próximas eleições, e o novo texto, após sua aprovação, em votação unicameral.

Aos partidos políticos caberá, verdadeiramente, a legitimidade das urnas, porque eles emergirão de idéias e é em sua defesa que se apresentarão, nos palanques, os candidatos. Se eleitos, manter-se-ão coesos aos princípios doutrinários e ao programa partidário. Se desfilados, perderão o mandato, em nome do suplente, que mantém em punho a bandeira do partido que o elegeu. Mas, esse é um assunto que deverá ser detalhado neste mesmo espaço democrático da *Folha de S.Paulo*, nos próximos dias. O que já garante um início profícuo ao debate. Afinal, a imprensa é a instituição mais legítima aos olhos do público.

Em defesa de uma revisão constitucional (II)

Na primeira parte deste artigo, publicado no dia 24 último, procurei alinhar as características do processo constituinte de 1988. Ali foram discutidas as circunstâncias daquele momento histórico, após tamanho período na contramão da liberdade, a abrangência do texto constitucional, a falta de regulamentação de mais de duas centenas de seus artigos, o fracasso da revisão de 1993, a promiscuidade das medidas provisórias, nem sempre tão relevantes e tão urgentes e, em especial, a consequente arritmia do processo legislativo que hoje se observa.

Ali, também, se enfatizou a preocupante falta de prestígio do Congresso Nacional e, especialmente, dos partidos políticos junto à população brasileira. São estas, portanto, as questões que dão suporte à Proposta de Emenda Constitucional nº 50/96, que apresentei em 10 de outubro.

Em primeiro lugar, procuro resgatar a legitimidade do Congresso Nacional. Sem discutir a importância do voto no regime democrático, a participação popular não pode se circunscrever ao ato formal e obrigatório das eleições, nem à atuação perseverante, e nem sempre legítima, de grupos de interesse melhor organizados.

No dia 3 de outubro de 1998, simultaneamente, às eleições federais, mediante plebiscito, o eleitorado decidirá sobre a realização da revisão constitucional. Algo assim como “Você concorda em delegar ao futuro Congresso Nacional poderes para a revisão da Constituição, por voto de maioria absoluta, em sessões unicamerais?” Trata-se do ato formal que dará início a um amplo debate de idéias sobre os temas que se consideram mais relevantes para o País.

Aprovada a proposta de revisão, via plebiscito, ela terá início em 2 de janeiro de 1999, com o advento da nova legislatura, e se estenderá por todo aquele ano. A nova Carta deverá se constituir, verdadeiramente, na convergência das idéias discutidas com a sociedade durante os trabalhos revisionais. Temas como sistemas de governo, representação política em todas as esferas do poder, papel do Estado na economia, a estrutura do Poder Judiciário, democratização dos orçamentos públicos, sistemas previdenciários, papel das Forças Armadas, salário mínimo, pena de morte e aborto deverão ser abordados. Mas, a participação comunitária não se esgotará com a edição do novo texto. Se o plebiscito atribuiu poderes revisionais ao Congresso, o referendo popular, previsto para cento e vinte dias após o término dos trabalhos, delegará à sociedade poderes para legitimar a constituição revisada. Como consequência, essa legitimidade desejada se estenderá para o Congresso Nacional.

Note-se que a proposta coloca ênfase especial no debate de idéias. É que o contraditório que se explicitará nas discussões temáticas se reproduzirá na concepção e na consolidação de partidos políticos fundamentados em idéias e não atrelados, unicamente, a pessoas ou a fatos sensíveis à lapidação do dia-a-dia. Resgata-se, portanto, a oportunidade perdida durante os trabalhos constitucionais de 1988, no sentido de uma ampla reforma político-partidária. Cada parlamentar terá seis meses, contados a partir da promulgação da nova Constituição, para decidir, com suas bases eleitorais e a partir das idéias sedimentadas durante os trabalhos revisórios, sua filiação partidária. Perderá o mandato, a partir daí, o Senador ou Deputado Federal que se desfiliar de seu partido político, a quem pertencerá, efetivamente, a vaga no Congresso Nacional. Tudo isso, em nome do respeito aos princípios doutrinários e à ação programática do partido político que lhe serviu de abrigo na eleição e em função da legitimidade da procuração que lhe foi outorgada, através do voto, pelo segmento da população que o elegeu em nome de ideais comuns. Acabasse, com isso, com o obscuro e oportunista troca-troca de parti-

dos, que relega a vontade e a soberania popular a um plano secundário, em função de interesses políticos particulares e circunstanciais.

Tenho consciência de que, mesmo que ilegítimas, são fortes as razões desta arritmia legislativa. E que essas razões levam, muitas vezes, ao pessimismo de muitos. Mas este pessimismo da razão não é maior do que o otimismo da vontade de mudar.

Resgatar a revisão constitucional

Depois de quase um quarto de século sob o domínio da mordaca, parecia existir, somente, o futuro. Mas, como enterrar na memória a lembrança do filho ou do amigo insepulto? Seria possível abafar o eco de quem teve calada a voz? O arbítrio manter-se-ia poderoso o suficiente para provocar o “meia-volta, volver”?

É esse medo do passado que fez o Brasil buscar abrigo numa Constituição verdadeiramente cidadã. Nada haveria de criar obstáculos à busca pela liberdade e pelos direitos mais fundamentais. O direito à vida deveria ser a relação unívoca entre a Bíblia Sagrada e a Constituição Brasileira. E assim se fez a nova Carta de 1988: abrangente o necessário para espan-tar o medo do passado e para abrigar todas as esperanças do futuro.

Nada haveria de conter aqueles corredores do Congresso Nacional que mais se pareciam a avenida que circunda a grande cidade ou a única rua que atravessa o pequeno lugarejo. E os eventuais “buracos negros” obedeciam ao artifício da legislação subsidiária e da Revisão Constitucional, prevista para após cinco anos da promulgação do novo texto.

O que os constituintes não poderiam prever é que a mistura de vozes da sociedade organizada nos corredores do Congresso se transformasse na miscelânea do atual processo legislativo. Em tempos de *impeachment* de um Presidente da República e da cassação de parlamentares, fracassou a revisão de 1993. Além disso, mais de duzentos artigos da Constituição ainda não foram regulamentados. Como contraponto dessa arritmia legislativa, o *Diário Oficial* da União já publicou mais

de 1.500 medidas provisórias, algumas delas já com dezenas de reedições e muitas sob o disfarce da relevância e da urgência.

Por tudo isso, o Congresso Nacional, “rebatizado”, em 1988, na pia da nova Constituição e crismado duas vezes nas CPI Collor/PC e do Orçamento, viu sua credibilidade ruir. As últimas pesquisas mostram que o Congresso e os partidos políticos carregam a lanterna do prestígio institucional, numa ladeira de melhor performance, até, dos clubes de futebol. Isso significa dizer que o Flamengo, o Corinthians, o Internacional, o Cruzeiro ou o Fluminense ostentam, hoje, mais prestígio que o PFL, o PSDB, o PMDB, o PPB ou o PT.

Como Congresso Nacional, partidos políticos legítimos e democracia são questões de correlação unitária, o redirecionamento do processo legislativo e o resgate da credibilidade parlamentar são fundamentais para a consolidação da liberdade e dos direitos fundamentais dos cidadãos, cravados na Constituição de 1988. São essas questões e esses fundamentos que nortearam a minha Proposta de Emenda à Constituição nº 50/96. O que se pretende é transformar, novamente, os corredores do Congresso Nacional no ponto de convergência de idéias semeadas pela própria população. E é da discussão destas idéias que deverão brotar as bases para a consolidação de partidos políticos sólidos e para uma Constituição Soberana e em consonância com as transformações da realidade mundial.

O primeiro passo é resgatar, de uma forma legítima, a Revisão Constitucional frustrada em 1993. No dia 3 de outubro de 1998, simultaneamente às eleições, mediante plebiscito, o eleitorado opinará sobre a delegação de poderes ao futuro Congresso Nacional, para a revisão da Constituição, por voto da maioria absoluta, em sessão unicameral.

Aprovada a proposta plebiscitária, os trabalhos terão início em 2 de janeiro de 1999 e se estenderão por todo aquele ano. Durante esse período, temas como sistemas de governo, representação política em todas as esferas de poder, papel do Estado na economia, estrutura do Poder Judiciário, democratização dos

orçamentos públicos, sistemas previdenciários, papel das Forças Armadas, pena de morte e aborto deverão ser discutidos com toda a população.

Mas, a preocupação com a legitimidade não se esgota com o plebiscito e com o debate contínuo de idéias. O novo texto constitucional sistematizado será submetido a um referendo, previsto para cento e vinte dias após o término dos trabalhos revisórios. A nova Constituição, a ser promulgada em ato contínuo ao referendo será, portanto, concebida no pensamento da população e sistematizada pelos seus representantes legítimos no Congresso Nacional.

O que se depreende, daí, é que os diferentes segmentos da população outorgam aos parlamentares, através das urnas, uma espécie de procuração para representá-los no Congresso Nacional. E, exatamente como numa procuração, essa outorga pode ser cancelada se o parlamentar se distanciar do pensamento das bases que o elegeram. É por isso que a minha proposta prevê um prazo de seis meses, após a promulgação da nova Constituição, para que todos os Senadores e Deputados Federais decidam, com suas bases, pela filiação partidária mais adequada, a partir do contraditório do debate de idéias ocorrido durante a revisão constitucional. Perderá o mandato, a partir daí, o parlamentar que se desfiliou do seu partido político, pois serão, efetivamente, as agremiações partidárias, que congregam os princípios doutrinários e a ação programática, aquelas que abrigarão as propostas de palanque. Acaba-se, com isso, com o obscuro “troca-troca” de partidos, que relega a vontade e a soberania popular a um plano secundário, em nome de interesses políticos particulares e circunstanciais. Os partidos se constituirão sólidos e legítimos, atrelados a idéias e não a pessoas e a fatos sujeitos à lapidação do dia-a-dia ou às barganhas de balcão.

Trata-se, portanto, de uma proposta pretensiosa. Na vida pública há quase quarenta anos, ela é, talvez, a mais importante de todas que já ousei formular. Mais do que isso: como devoto de São Francisco de Assis, quem sabe possa resgatar o verdadeiro e sublime significado do “é dando que se recebe”.

Recuperar o Poder Legislativo

Michelângelo, que immortalizou obras como a *Pietá* e a *Capela Sistina*, quando indagado sobre a sua fonte de inspiração, afirmava que nada criava e nada concebia: “as imagens estão prontas e perfeitas dentro dos blocos de mármore, cabendo-me, apenas, descobri-las dos excessos e expô-las à luz”.

Esse parece ter sido, também, o princípio que inspirou a obra da Assembléia Nacional Constituinte de 1988: nada criou, apenas expôs à luz a vontade de todo um povo, petrificado durante um quarto de século de obscurantismo. A nova Constituição deveria, naquele momento, se transformar numa obra que se desenhasse com os traços desse mesmo povo e não apenas ser cumprida, mas, sobretudo, immortalizada. Por isso, ela deveria conter o pão, a escola, o hospital, a liberdade e a soberania. Ela teria que se chamar “cidadã”. Não é à toa que, naqueles idos tempos, cada gabinete parlamentar se transformou na moradia rústica ou no palacete suntuoso e os corredores e galerias do Congresso Nacional pareciam, na verdade, ruas e praças do pequeno município ou da imensa metrópole.

Mas, entre os blocos e capítulos da nova Carta, a lapidação da democracia manteria um resquício de autoritarismo. Algo assim como uma bactéria auto-inoculada pelos próprios parlamentares. Encravada no capítulo 62, ela quebra as resistências do Congresso Nacional e transfere a atribuição de legislar para o outro lado da Praça dos Três Poderes.

E, ali, onde já se esculpiu figuras monstruosas sob os títulos de Atos Institucionais e Complementares e de Decretos-Leis, multiplicam-se, hoje, e com códigos genéticos semelhantes,

as tais medidas provisórias, que se reproduzem e se reeditam imunes aos anticorpos da representatividade popular.

Muitas vezes sorrateiras e concebidas na calada da noite, nada têm de provisórias, ainda que o parágrafo único do mesmo capítulo estipule que elas “perderão a eficácia quando não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes”.

Enquanto o Poder Legislativo desdenha mais de duas centenas de leis subsidiárias à Constituição de 1988, o Poder Executivo exorbita na legiferância que caminha, célere, para dois milhares de edições de medidas provisórias, muitas delas reproduzidas em dezenas de cópias. São números que demonstram as tantas vezes em que o Poder Executivo se antecipa ao Poder Legislativo no conceito do que deve ser, em termos legais, relevante e urgente. A relevância substitui o debate pelo “convencimento”. E a urgência cassa a representatividade popular atribuída pelas urnas.

E é assim que a população brasileira vê, hoje, o Congresso Nacional: inerte e a reboque do Poder Executivo. Que o digam as pesquisas de opinião, que colocam o Parlamento e os partidos políticos no rodapé do quadro do prestígio institucional. Não é à toa: o grande escultor das obras do dia-a-dia da população brasileira é, hoje, o Presidente da República. Parece ser, ele, o único homem público com divindade, à semelhança de Michelângelo, capaz de “descobrir os excessos e expor à luz imagens prontas e perfeitas”.

É esse o grande desafio do Congresso Nacional, nos nossos dias: recuperar o seu poder de legislar. E isso, obviamente, não se alcança por decreto legislativo. Há que se resgatar, como primeiro passo, a legitimidade institucional. Não há como negar que o voto obrigatório parece estar se transformando, cada vez mais, em mero ato formal indicador de proporcionalidades partidárias que se transformam, não raras vezes, em instrumentos de negociação e de barganha.

As eleições de 1998 podem ser, portanto, emblemáticas para o Congresso Nacional. A representação política deverá se colocar muito além da benemerência, do pequeno favor ou da ignorância providencial de milhões de eleitores pressionados no sentido de confirmar o voto, ao invés de corrigi-lo. E isso se concretizará, somente, com a reaproximação do povo com o parlamento e de uma correlação mais forte entre o voto do eleitor, nas urnas, e o voto do eleito, nas tribunas.

As organizações de classe são imprescindíveis em um regime democrático. Mas a prática tem demonstrado que o maior poder de influência se dá naqueles setores mais fortes, em termos políticos e econômicos. É aí que adquire importância a consulta popular, incluído o próprio voto. O plebiscito e o referendo são instrumentos previstos na Constituição Federal. Tudo indica que a utilização destes instrumentos pode ser considerada como inversamente proporcional à legitimidade e à representatividade parlamentar. Se isso é verdade, o momento é de se recorrer a tais institutos.

A miscelânea do processo legislativo atual, sob a égide de uma Constituição concebida em um momento de transição para a democracia, que espelha o receio de um retrocesso político, a recorrência de medidas ditas provisórias no lugar das regulamentações previstas na mesma Carta e a deterioração do prestígio do Congresso Nacional suscitam a necessidade de um amplo debate sobre as reformas constitucionais e sobre a representação política e institucional no País.

Nas próximas eleições, após amplo esclarecimento público, a população deverá ser consultada, através de plebiscito, se o novo Congresso poderá ter poderes para revisar a Constituição. Caso afirmativo, os Senadores e Deputados Federais eleitos se revestirão da legitimidade necessária para promover, durante o ano de 1999, um amplo debate de idéias e propostas que culminará em um novo texto constitucional. Mais do que isso: ao término dos trabalhos, após quatro meses de discussão, a população deverá ser novamente consultada, através de um

processo de referendo, dizendo sim ou não às alterações propostas.

Do contraditório no debate de idéias durante os trabalhos revisionais, deverão emergir novas acomodações político-ideológicas, mais sólidas e mais representativas dos diferentes segmentos da população. Cada parlamentar terá seis meses, após a promulgação da nova Constituição, para decidir sobre sua filiação partidária mais adequada. A desfiliação, após esse prazo, corresponderá a perda automática do mandato, que pertencerá ao partido político aglutinador das idéias do segmento populacional que o sufragou.

A idéia é romper o terceiro milênio com uma Constituição imune a reformas ditadas por interesses conjunturais e de segmentos mais fortes e organizados, com um Congresso Nacional e com partidos políticos sólidos e representativos.

Aí estão, portanto, os propósitos e os instrumentos encravados na Proposta de Emenda Constitucional nº 50/96, que encaminhei ao Congresso Nacional.

Como se observa, também nada criei nem concebi: as idéias estão prontas nas pesquisas de opinião pública e nos anseios mais imediatos da população. Coube-me, apenas, captá-las e expô-las à luz.

Feliz Natal Novo

“**H**á um choro novo.” Esta expressão significa, principalmente no interior do País, o nascimento de uma criança. Não se conhece outro exemplo de sons, aparentemente tão contraditórios, constituírem-se no mais afinado coral: o choro tão esperado junta-se, como que em uma melodia, aos sorrisos incontidos da família. Tudo é festa. Não importa se há, naquele mesmo momento, do outro lado da rua, a partida de alguém muito próximo. Afinal, “são retratos da vida”, que se estampam em natais, paixões, mortes e ressurreições.

Mas, neste momento, há um choro novo no ar. Há que se procurar, ao redor de cada um, o que o motiva. Se a alegria da chegada ou se a dor da despedida. Há, certamente, ao redor de cada um, natais, paixões, mortes e ressurreições.

Mas, hoje é Natal. E as cascatas de luzes enchem os olhos. E a mesa farta enche os estômagos. Entretanto, não são todos os olhos que brilham e, para milhões de estômagos, não é natal. É tempo de paixão e morte. Como que em um único retrato, em branco e preto.

O clima do Natal é contagiante. Pelo menos na imaginação, o nosso desejo é o de abraçar o mundo. De repente, parece que o melhor presente é estar presente, é viver. Mas, se a vida é, para nós, o melhor presente, por que não a envolvemos nos nossos mais belos laços e não doamos um pouco dela para quem, dela, pouco, ou nada, tem?

É Natal e Jesus nasceu de novo. Mas, milhares de crianças que, como Ele, vieram ao mundo no outro Natal, não estão comemorando, hoje, o primeiro aniversário. Porque Herodes

ordenou que fossem mortas todas as crianças menores de dois anos. Herodes que apresenta, hoje, a sua nova face, travestida na fome e na miséria. Tudo isto, também, bem próximo dos atuais Pôncios Pilatos, que insistem em continuar a lavar as mãos.

Quem sabe o próximo Natal seja diferente. Porque este está sendo igual aos anteriores. Pelo menos para os milhões de brasileiros, irmãos ao alcance do nosso abraço natalino, mas que não compareceram à nossa mesa, que não brindaram conosco, que continuam a ser os nossos verdadeiros “amigos ocultos”. Quem sabe o próximo Natal, hoje cantado em todos os versos, em todas as prosas e em todas as línguas, seja saudado, no Brasil, em todos os sotaques. Porque, neste Natal, ainda somos a maior disparidade regional e pessoal de renda do mundo.

O próximo Natal há que ser melhor que este. Para isto, hoje e todos os próximos dias, têm que ser vésperas de Natal. Há que se preparar uma grande festa. Há que se plantar o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, as frutas. Para isto, há que se ter terra. Há que se tecer a roupa, há que se armar a mesa e há que se construir o abrigo. Para isto, há que se ter trabalho e salário. Há que se ter escolas, hospitais e creches. Para tudo isto, há que se ter vontade e decisão políticas.

Ainda bem que, logo após cada Natal, há um ano novo. E que, ainda para muitos, cada dia do ano novo será, sempre, como que noite de Natal. A estes, como dizia o poeta, a bênção. A bênção todos os que se doam aos que nada têm além da esperança. A bênção homens públicos que não seguem o exemplo de Pilatos, mas que procuram manter as mãos limpas. A bênção à imprensa livre e democrática e sua busca incessante da verdade. A bênção a todos os cidadãos, anônimos, nos andaimes da construção e no sol a sol do roçado. A bênção, enfim, a todos os que sonham com um país mais digno e que, ainda, mantêm a capacidade de indignar-se.

Hoje é Natal. E amanhã, também. Ao mesmo tempo em que festejo o dia de hoje, preparo melhor o dia de amanhã. Porque hoje, também, é véspera. É o dia anterior àquele que, espero, seja de mesa farta e, principalmente, ampla. O tempo é de choro novo. Se de alegria, compartilhada. Se de tristeza, solidária. Que a mesa seja, portanto, de comunhão e os novos tempos, de ressurreição!

O País dos Clandestinos

Triste contradição. Uma caixa vazia de remédios embalava um bebê morto há sete dias. Ele havia sobrevivido fora do útero por, apenas, outros três dias. Naquele corpo materno, franzino e desnutrido, a placenta teria sido algo assim como uma mortalha.

Não tinha nome. Poderia ser João, José, Pedro ou Jesus. Ou, quem sabe, Severino, aquele que, se tivesse “vingado”, morreria “de violência antes dos trinta, de emboscada antes do vinte ou de fome um pouco por dia”. Era mais um “zé-ninguém”. Aliás, oficialmente, ele nem chegou a existir. Seus pais nada tinham, nem para o sustento da vida, nem para o ritual da morte. Ele era mais um clandestino, como o cemitério que, hoje, lhe serve de abrigo.

Ninguém à volta daquela mesa de cozinha, a não ser a reportagem da *Folha de S.Paulo*. “Nenhum padre. Nenhuma lágrima. Nenhuma vela. Só problemas e moscas”. Aliás, aquela mesa de cozinha parecia nunca ter assistido alguém à volta.

A cova rasa sob uma cruz torta, na metade daquele cemitério clandestino já ocupada por “anjinhos”, foi “trocada” por uma garrafa de cachaça. O que deveria ser o “consolo” à angústia do pai, se transformou no “agrado” à benevolência do coveiro informal, que teimava nos R\$10,00 para não deixar o bebê “em cima da terra”.

A matéria, publicada no último 17 de novembro, exala um cheiro típico de estado de decomposição. De uma sociedade que criou um país anexo, fora do principal. São 50 milhões de brasileiros clandestinos em seu próprio país. Não têm nome oficial. Não têm sobrenome. Não têm idade formal. Aparentam,

mais ou menos. São filhos da miséria. Na manchete da *Folha*, “Ana é só Ana, supõe ter 66 anos”.

Sonham em migrar para o Brasil oficial. Querem, além de ter, ser. Mas, quase nunca, conseguem ultrapassar a barreira do desdém. São desiguais em tudo na vida. A mesma *Folha* já publicou matéria sobre a formação, no Brasil, de uma verdadeira sub-raça, fruto da desnutrição, com estatura que já se compara à dos pigmeus, com média abaixo dos 1,50m. São os chamados “gabirus”. Um em cada cinco brasileiros possui altura que pode ser considerada como nanismo. A dimensão do cérebro, também abaixo das curvas de normalidade, pode acarretar uma diminuição da capacidade intelectual em, até, 40%.

O País oficial deve, urgentemente, caminhar além dos soluços das catástrofes, das comoções das desgraças e, até, do reconforto das orações. Há um massacre do Carandiru por dia nas clínicas geriátricas e nas maternidades impregnadas por bactérias assassinas. Há, no Brasil, uma chacina da Candelária por hora, cujos necrotérios podem ser, também, as mesas das cozinhas dos dezesseis milhões de miseráveis brasileiros.

O direito à cidadania não se resume à obrigação de votar. O título de eleitor não pode se constituir num passaporte para conterrâneos. A existência humana não se restringe, apenas, à conveniência das eleições. O título de cidadania há que ser hereditário. O direito à vida ultrapassa os limites das disciplinas do curso de Serviço Social. Algo assim como a Economia, que não se esgota no tratamento do sistema financeiro. A realidade estampada pela *Folha* exige uma leitura multidisciplinar, do ponto de vista dos assistentes sociais, dos economistas, dos profissionais de saúde, dos educadores, dos sociólogos, dos antropólogos, do Presidente e da Primeira-Dama.

Por mais necessárias e bem intencionadas que sejam as campanhas de solidariedade, por mais competentes e éticos que se mostrem os seus mentores, não são suficientes para provocar as transformações que a realidade está a impor. O País ainda espera que se derrube o muro que separa o seu lado principal e

oficial da sua porção marginalizada e clandestina. E isso só será possível com um projeto de desenvolvimento que se coloque em patamares superiores aos das discussões sobre estabilização, privatização ou reeleição. Se o tal muro é rígido em demasia, porque sedimentado durante tantos anos de segregação política, cultural, econômica e social, que se abram passagens, em mão dupla. Que se abram frestas nas consciências, que se aprumem as cruces, que se aprofundem as covas, que se encham as caixas de remédios, que se alimentem as mães, que sejam vigorosos os filhos, que tenham nome e sobrenome, que sejam alguém, que a mesa seja de cozinha e que o ar seja impregnado pelo perfume da vida.

Os muitos nomes da corrupção

Decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros.

Na verdade, estes são, exatamente, os termos utilizados pelo Mestre Aurélio Buarque de Holanda para definir corrupção, corruptor e corrupto. Do Latim, *corruptione*, *corruptore*, *corruptu*. Portanto, pode-se afirmar que, para se investigar, por completo, a perversão ou a depravação no uso dos recursos públicos, há que se examinar não apenas os pervertidos ou os podres. Há que se diligenciar, também, sobre quem deprava ou putrefaz.

Podem parecer palavras, exageradamente, fortes, mas elas carregam o tamanho da indignação popular frente à malversação de recursos públicos, crime que, infelizmente, não tem passado pelas páginas policiais, mas que tem ocupado os espaços mais privilegiados das manchetes dos jornais. Aos olhos da população, não há diferença significativa entre corruptor e corrupto: para ela, ambos são devassos, depravados e podres.

A corrupção se fundamenta em relações pessoais. Por isto, ela contamina. E, no caso, é a população que exige dos governos o uso de preservativos. Porque a população sabe que a corrupção é um mal que já causou efeitos colaterais em 30 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo dos limites da pobreza.

O Sr. Murilo Mendes, presidente da Construtora Mendes Júnior, em entrevista à revista *IstoÉ*, de 14-2-96, afirmou que as propinas podem chegar a 20% do faturamento das empresas. Isto significa que um em cada cinco reais gastos em obras públicas se perdem pelos ralos da corrupção, enquanto um em cada cinco brasileiros vive na pobreza e morre de miséria.

Esta contaminação também tem os seus carnavais, e se utiliza de fantasias como os orçamentos públicos, as concorrências, as licitações, as tomadas de preços, que, contraditoriamente, cometem a imoralidade de esconder o essencial.

Como um mal que corrói as estruturas e mina as resistências, a corrupção não pode ser tratada como se fosse, apenas, febre passageira. Há que se atacá-la em suas causas. E, há que se encontrar antídoto que impeça a sua proliferação.

Em, pelo menos, três momentos, a população brasileira encheu-se de esperança de que a corrupção teria suas raízes abaladas. O primeiro se deu com a CPI Collor/PC. A CPI não apenas “isolou o vírus” da corrupção, ela cuidou, também, de afastá-lo. Entretanto, enquanto “prontuário”, o Relatório Final da CPI Collor/PC mostrou-se incompleto e parcial. Outros elementos de investigação deveriam ser incluídos no trabalho. Não se tocou, como deveria, na questão dos corruptores que, certos da impunidade, mantiveram sua ação contaminadora.

A CPI do Orçamento constitui o segundo momento. De repente, percebeu-se que o próprio ambiente onde se investigava atos de corrupção, também se achava contaminado. Promovida a “autocuretagem” com a cassação e o afastamento de parlamentares, parecia estar, ali, a oportunidade de revelar à população as verdadeiras dimensões da corrupção no País. Mas, se percebeu, também ali, que a corrupção tem fortes “autodefesas” e que não poderiam ser transpostas no tempo estipulado para a execução dos trabalhos da CPI. A opção foi a de “purificar” o ambiente e partir, então, para uma investigação profunda sobre os agentes corruptores.

O terceiro momento se caracterizou com a criação, pelo então Presidente Itamar Franco, da Comissão Especial de Investigação – CEI. Constituída por cidadãos brasileiros de reconhecida probidade e competência, a Comissão produziu extensa documentação sobre denúncias de desvios de recursos e de dilapidação do patrimônio público no Brasil.

Portanto, já se constituem suficientes todos os elementos introdutórios à instalação da CPI dos Corruptores. Na CPI do Orçamento, inclusive, foi aprovado Requerimento, de minha autoria, que recomenda a criação da nova Comissão.

Mas o título idealizado para a nova CPI, o de investigar “agentes corruptores” não poderia ser mais apropriado. Os fatos não só reforçaram a robustez das tais “autodefesas” da corrupção, como explicitaram o quanto são, igualmente, vigorosos os seus agentes. Na Câmara dos Deputados, a CPI foi bombardeada com a negativa ou a retirada de assinaturas. No Senado Federal, apesar das 30 assinaturas de Senadores apostas ao meu Requerimento, a Comissão foi minada pela não indicação de integrantes pelos Senhores Líderes do PFL e do PSDB.

Apesar do entendimento de que tal lacuna poderia ter sido preenchida pelo Senhor Presidente do Senado, recorrendo-se ao Regimento Comum do Congresso Nacional, a CPI foi extinta, formalmente, em 15-12-95, sem, ao menos, ser instalada.

Não foi diferente o destino da Comissão Especial de Investigação do Governo Federal, fulminada pelo Decreto nº 1.376, de 19 de janeiro de 1995, um dos primeiros atos do atual Presidente da República, que, além de extingui-la, transferiu o seu acervo documental para o Ministério da Justiça e determinou que os procedimentos e investigações sobre atos e fatos ali expostos se constituíssem de responsabilidade de um órgão subalterno do Ministério da Fazenda. Tal documentação jaz em alguma prateleira, fria e escura, da Esplanada dos Ministérios.

Portanto, não são fatos novos, nem a corrupção, nem as boas intenções de investigá-la. Mas não se pode negar que são,

cada vez mais, fortes as barreiras contrárias à descoberta de antídotos que permitam extirpá-la.

De nada adianta o discurso de que a corrupção não é, apenas, febre, se, na prática, ela é tratada como meros soluços. E, no caso, não parece suficiente a sabedoria popular de que soluços se curam com água fria ou com sustos. Porque há que se banir a possibilidade de um “susto institucional”, pois, aí, poderá não haver água fria o bastante para impedir uma possível ebulição. Nem antídoto suficiente para evitar a devassidão. Sinônimo de corrupção. E de podridão.

Economês, dialeto indecifrável

A recorrência de fatos ligados à economia brasileira tem me colocado, nos últimos tempos, em contato mais constante com os economistas. Em primeiro lugar, confesso a minha dificuldade em termos lingüísticos. Parece-me que eles falam uma espécie de esperanto: mistura da língua de suas respectivas origens, do inglês e de um dialeto indecifrável para os mortais. Tudo indica ser o tal do economês. São evasivos. Se questionados, recorrem ao “de um lado, isto; do outro, aquilo”.

Embora sonho da maioria, alguns poucos buscam especialização em grandes universidades fora do País. Preferem Harvard, Vanderbilt ou Manchester. Por isso, estabelecem, com seus pares, um verdadeiro *apartheid* curricular. Durante anos, os países menos desenvolvidos exportaram suas melhores cabeças para cursos de mestrado e de doutorado no exterior, normalmente com bolsas de estudos e passagens aéreas pagas com dinheiro público. Afinal, era o próprio País investindo na sua *inteligência*.

Intriga-me como este conhecimento de primeiro mundo é repassado para a realidade dos países de origem, quando do retorno destes novos mestres e doutores. Se o País é extremamente pobre, devem estar, hoje, em desvio de função. Ou, quem sabe, lecionando em alguma faculdade de ciências econômicas local, alimentando novos sonhos de partida. Se são de países em desenvolvimento, as disparidades regionais e pessoais de renda propiciam-lhes campo fértil de atuação exatamente como economistas: ali encontram realidades próximas às de primeiro mundo, cujas elites não são, significativamente, diferentes.

Neste último caso, trabalham, normalmente, para os respectivos governos. Fazem parte das chamadas “equipes econômicas”. Aqueles que dominam com maior fluência o economês, vão para os respectivos bancos centrais. Afinal, lá, na maioria das vezes, exige-se que eles se comuniquem, apenas, entre si.

Nada é culpa do acaso. A geração de novos economistas plantados em postos-chaves dos governos de países em desenvolvimento foi, cuidadosamente, preparada no chamado primeiro mundo. Lá se produziu o receituário. Lá se aprendeu o economês. Não é à toa que, independente do país e das diferenças locais, as chamadas “medidas econômicas”, adotadas por suas respectivas equipes econômicas, são semelhantes. E tomem “globalização”, “desindexação”, “privatização”, “flexibilização”, “âncora cambial”, “desaquecimento”, “bolhas de consumo”. Aqui, ou na Argentina, no México, no Paraguai, na Venezuela, na Colômbia, no Peru... Tudo isto, com seus respectivos *trade-offs*, discutidos, exaustivamente, em “proveitosos” *brain stormings*.

Não se trata, apenas, de uma questão de linguagem. O primordial é o conteúdo. E, para que ele seja assimilado, quase que compulsoriamente, pelos países em desenvolvimento, tornaram-se desnecessárias as desgastantes e pesadas pastas dos representantes de agentes financeiros internacionais sediados no primeiro mundo, a bisbilhotarem nossas contas e a nos ditarem normas e procedimentos. Basta implantá-lo na inteligência de nossas melhores cabeças. Portanto, também não é à toa que foram, exatamente, essas melhores cabeças as escolhidas para se aperfeiçoarem nas grandes universidades do primeiro mundo.

Não importa se estes países possuem situações próximas às de Botswana, se é possível “globalizar” interesses de cidadãos que se aproximam da realidade da Suíça. É por isto que se salvam os bancos, mesmo que em detrimento da fome, da pobreza e da miséria de milhões. Tudo em nome da “credibilidade do sistema financeiro”. Tudo em defesa da integridade do sistema

capitalista. Pode-se manter, como tal, as “botswanas”, para que vivam as “suíças”. Tudo em nome da chamada “globalização”.

Não creio ser necessário aprender o economês para entender os economistas. Acho, ao contrário, que os economistas deveriam ter maior sensibilidade política para traduzir, na prática, o economês. E isto significa dizer que a língua mais apropriada para expressar a realidade de cada um desses países é, com certeza, a língua pátria.

A essência das contrapartidas

“A Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” O texto é da Constituição brasileira em seu artigo 18. A intervenção da União em assuntos político-administrativos dos Estados e do Distrito Federal é, a não ser em casos especiais, quando de possíveis riscos à integridade nacional ou quando as próprias unidades da federação descumprem determinações constitucionais.

A autonomia dos Estados enseja-lhe a adoção de um planejamento de modelo clássico, onde a primeira e a mais importante etapa é o conhecimento de sua própria realidade, a partir do qual se diferem os objetivos, as estratégias, as ações e os mecanismos de controle e de avaliação.

Mas, o que se observa, principalmente nas duas últimas décadas, foi a total inviabilidade deste modelo de planejamento. A falta de recursos estaduais impossibilitou o financiamento das ações propostas, por melhores que fossem os objetivos. O chamado “planejamento participativo” surgiu, então, como uma solução caseira para mobilizar recursos latentes dos próprios Estados. Escudado na proposta de democratização da ação pública, o planejamento participativo procurou a mobilização das comunidades diretamente envolvidas. Sem descurar a importância, em termos políticos, desta mobilização e as honrosas exceções em níveis locais, mais uma vez a falta de financiamento transformou este novo modelo de planejamento em peças de retórica.

A busca de alternativas de financiamento fora de âmbito dos Estados, principalmente através de agências internacio-

nais deu contornos ao que se convencionou chamar “planejamento para a negociação”. São desta época as caudalosas “missões” do Bird, do BID, como versões menores do FMI, a bisbilhotar números e a ditar regras e a mobilizar equipes estaduais de planejamento. Surgiram, então, os programas de cidades médias, entre outros. Ocorre que esses agentes internacionais, se propunham financiar apenas ações típicas de investimentos, em contrapartida à alocação de recursos estaduais para custeio. Mais uma vez o estrangulamento do orçamento estadual inviabilizou estes programas. Ou nos casos em implementação os investimentos foram, efetivamente, realizados, as ações se restringiram, quase sempre, ao período formal dos programas.

Não é à toa que, ainda hoje, não são raros os equipamentos ligados à educação, à saúde, ao armazenamento de produtos agrícolas, financiados com recursos externos e fechados por falta de recursos de manutenção.

Pior ainda, diferente do planejamento clássico pressupõe autonomia para implantar ações mais condizentes com a realidade local, o “planejamento para negociação” retirar dos Estados a sua capacidade de elaborar os seus próprios diagnósticos. A realidade a ser transformada não era mais aquela que o planejamento estadual apontava como a mais emergente, mas aquela que melhor se adaptava aos exógenos. E o planejador em nível estadual se comportava assim como o médico que, mesmo sabedor do diagnóstico que atestava, por exemplo, problemas intestinais em seu cliente, recitava-lhe remédios cuja terapêutica indicava dores de cabeça ou no máximo, problemas dermatológicos. Tudo porque era esse o único remédio à disposição nas “farmácia do BIRD e do BID. Não tão raros, por exemplo, programas para pequenos produtores rurais, em regiões típicas de latifúndio.

Como se sabe, além de não receberem os recursos esperados e de não assistirem às transformações desejadas, os Estados se obrigaram a investir seus próprios recursos escassos para

o pagamento de “taxas de comportamento”, calculadas, ironicamente, sobre os valores disponíveis para o financiamento e não utilizadas por falta de contrapartida ou, simplesmente pela impossibilidade de realizar as ações propostas, muitas vezes frutos de verdadeiras traduções de manuais dos tais organismos de financiamento.

Mas, até aqui, ainda não se discutiu, em profundidade a questão mais crucial da negociação nos termos aqui expostos: a essência das contrapartidas, ou seja, o que se coloca por trás das exigências de quem financia. No caso dos organismos financeiros internacionais, seria inocência imaginar que a seleção de regiões, de ações e de estratégias ocorrem ao sabor do acaso. Os interesses que envolveram tais financiamentos compõem uma história ainda pouco explorada.

Pouco se fala, hoje, sobre FMI ou BID. Os jornais têm publicado inclusive, que sobram recursos nas carteiras de financiamento destes organismos. Atribuiu-se ao fato exatamente a incapacidade dos Estados financiarem novos custeios. Mas, os Estados continuam negociando recursos.

Os jornais dão conta da negociação dos Estados com a Caixa Econômica Federal que atinge uma cifra aproximada de US\$1 bilhão. O que chama a atenção mais uma vez, não são os valores, dos respectivos financiamentos nem as cláusulas de garantias neles embutidas, mas as “obrigações adicionais”, exigidas como contrapartida. Demissão de funcionários, proibição de novas contratações, privatização de bancos estaduais de outras empresas estatais são algumas destas “obrigações”, cujas listagens atingem 28 itens em Santa Catarina, 44 no Rio de Janeiro, 44 em Minas Gerais, 47 no Rio Grande do Sul, e assim por diante.

O endividamento não parece ser o melhor modelo de planejamento estadual. Além da necessidade de saber quais os remédios disponíveis, antes da elaboração do diagnóstico, exige-se agora e *a priori*, que o paciente se comprometa a se tornar doador de órgãos.

Espera-se que o Governo Federal não encaminhe ao Congresso Nacional proposta de emenda Constitucional que suprima a expressão “todos autônomos” do artigo 18 da Constituição brasileira.

A “reciprocidade” nas campanhas políticas

É

tema recorrente na mídia, principalmente nos períodos eleitorais, a discussão que envolve as formas de financiamento das campanhas políticas. Enganam-se aqueles que imaginam ter o País uma lei eleitoral estruturada capaz de ditar as normas para as eleições em seus diferentes níveis e propiciar uma visão de futuro que exceda, simplesmente, os períodos correspondentes aos respectivos mandatos.

Ao contrário, a cada momento que antecede as disputas eleitorais, evidencia-se um verdadeiro alvoroço em torno de mudanças na lei que regerá o próximo pleito. O discurso explícito procura transmitir a esperança de uma maior transparência e de um maior rigor na apuração dos gastos de campanha, quanto às suas origens e ao montante de recursos efetivamente envolvidos.

Na verdade, o que se coloca, no discurso político e nas expectativas da população, é a própria legitimidade dos seus representantes na formulação das leis que constroem a história do País, na tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema de representação no processo democrático.

Entretanto, a própria prática tem mantido distância do discurso político. Na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mudanças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico.

E, é essa mesma prática que tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande negócio, nos dias atuais. Negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de

já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto do País.

As CPI Collor/PC e do Orçamento são o retrato mais recente de como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecê-las do que punição a quem não as cumpre. É por isso que as informações oficiais sobre cada uma das eleições não passam, efetivamente, de um exercício de ficção.

É bem verdade, também, que essa não é uma marca que se registra unicamente no Brasil. Já no relatório final da CPI Collor/PC há informações de que na França, por exemplo, os recursos despendidos nas campanhas políticas possuem o traço da velocidade. Lá, os gastos com as campanhas presidenciais em 1974, 1981 e 1988 subiram os degraus de 40, 150 e 260 milhões de francos, respectivamente. E, foi a partir deste diagnóstico que o parlamento francês adotou, em dezembro de 1994, medidas radicais que proíbem doações de pessoas jurídicas a candidatos e partidos políticos.

O mesmo relatório mostra que, aqui, a ordem de grandeza dos números também exige maior reflexão. Em 1990, pelo menos 80 parlamentares eleitos para a Câmara Federal gastaram, cada um, mais de um milhão de dólares. Em 1992, nas eleições municipais das grandes cidades, estimava-se que o custo de campanha para as prefeituras atingiu os US\$20 milhões e a média de gastos para eleger cada vereador não foi inferior a US\$100 mil. Se esses dados espelham a verdade, não há como acreditar nos dados oficiais da última campanha presidencial, que demonstram gastos totais, de todos os candidatos, da ordem de US\$51 milhões. Por tudo isso é que o capítulo dedicado ao financiamento de campanhas, tornado público naquele histórico dia da leitura do relatório da CPI, principalmente pelo contexto ao qual ele se inseria, não mereceu, da população, a devida atenção.

Se os quantitativos veiculados pela imprensa são, no mínimo, duvidosos, por não espelharem a realidade, a questão se torna mais dramática quando se conhece as formas de atuação dos verdadeiros doadores de campanha e o que eles exigem, em troca. A *Folha de S.Paulo*, na edição de 8 de outubro último, sob o título “*Folha revela como empreiteiras e bancos financiam o jogo eleitoral*”, explicita a promiscuidade que marca as ligações entre os financiamentos de campanha e a alocação de dinheiro público, via orçamento, rubricada exatamente pelos respectivos tomadores de tais recursos privados. Nunca é demais notar que o quadro ali divulgado é povoado por boa parte das empresas que, segundo investigações da CPI Collor/PC, contrataram assessoria fictícia do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias no período anterior ao *impeachment* do Sr. Fernando Collor. Até mesmo o então presidente, em sua defesa, alegou tratar-se de “doações de campanha”.

Embora “doar” signifique transferir “gratuitamente” e “generosamente” a outra pessoa a propriedade de um bem, na prática essas contribuições constituem algo mais que doações generosas: são verdadeiros investimentos, cujo retorno é a inserção de emendas no orçamento da União, de interesse dos “doadores”. A mesma *Folha de S.Paulo* revela que, nas últimas eleições, o cruzamento de informações sobre contribuições de campanha com os dados da Comissão Mista de Orçamento demonstra que as doações feitas a determinados parlamentares foram retribuídas pela apresentação de emendas para obras de interesse das empreiteiras. Isso sem contar a questão do superfaturamento das obras públicas. O Banco Mundial estima que, no Brasil, estas obras chegam a custar o dobro daquelas realizadas em outros países. Também não é à toa que o Brasil foi considerado, recentemente, o quinto país onde se pratica mais corrupção, numa lista de 41.

Doação significa, pois, bem mais que “generosidade”. Significa obter créditos futuros junto àqueles a quem se doou. A “doação generosa”, muito bem caracterizada por Marcel Mauss,

em seu clássico “Ensaio sobre a Dádiva” impõe uma reciprocidade entre “dar”, “receber” e “retribuir”. Impõe obrigações múltiplas entre os parceiros envolvidos. Favores passados ou por vir fazem parte deste intrincado jogo do poder onde as eleições, muitas vezes, constituem-se no primeiro passo da caminhada rumo à corrupção. Favores outros como preenchimento de cargos públicos, aprovação de projetos de lei transformando interesses individuais em coletivos, são outros compromissos, obrigações que a reciprocidade impõe.

Embora o ideal e eticamente mais correto fosse que as doações ocorressem a partir de uma identidade de idéias, de defesa de princípios e de um programa a ser desenvolvido, a prática mostra que elas se constituem em um verdadeiro negócio, onde o poder econômico oferta e recebe, como troca, o passaporte para grandes investimentos.

Não há, portanto, como negar que é necessário encontrar mecanismos que permitam que o financiamento de campanhas políticas deixe de ser uma das formas mais perversas de corrupção, ao condicionar o resultado das eleições ao uso e ao abuso das estruturas de poder econômico, o que leva à descaracterização da legitimidade das disputas eleitorais e à distorção da representação política no processo democrático.

O que não se admite é o silêncio com odor de cumplicidade. É necessário repensar o uso do verbo “negociar”, tão em voga nos últimos tempos, em substituição ao de “discutir”, especialmente no Congresso Nacional. O próprio Congresso tem a sua “obra inacabada”, ao silenciar sobre a continuidade das investigações sobre os “agentes corruptores”. Ainda bem que, pelo menos, a obra divina não é inacabada. Se o fosse, não existiriam os homens...

Mau uso do dinheiro público

De pouco adianta o controle remoto da televisão. Do primeiro ao último canal, o tema é recorrente no noticiário do horário nobre: o mau uso do dinheiro público, justificado pelos restos de campanha, pela proximidade do poder ou, até, pela “ajuda de Deus”.

Creio não ser essencial, no tratamento do tema, citar nomes, mesmo que eles tenham povoado a imprensa nos últimos tempos. Não que eu queira esquecer os escândalos recentes, omitindo os nomes dos inesquecíveis Paulo César, comandante Bandeira ou o outro Fernando. Não quero e não devo cercar-me do varejo, emendado pelos anões do orçamento, ou me afogar nos cheques-fantasmas da Rosinete.

São três as razões que me levam a não especificar casos como os do bingo paulista ou do jogo do bicho carioca. Em primeiro lugar, porque não tenho o monopólio da página deste jornal para listar tantos nomes e tantos fatos. Em segundo lugar, porque, por ser tão repetitivo, o assunto poderia suscitar bocejos ali pelo oitavo nome ou décimo caso. Em terceiro lugar, porque não devo persistir no erro de considerar cada caso ou nome como um fato isolado. Este, inclusive, parece ter sido o grande equívoco (ou, quem sabe, a grande estratégia) nas investigações sobre malversação de recursos públicos no Brasil: considerar que a cassação ou, mesmo, a cômoda renúncia do “anão” ou a exoneração do funcionário público alcançassem a plena magnitude do problema.

Não se quer menosprezar a importância dos frutos de tais investigações. Nem das milhares de folhas de documentos compulsados durante os trabalhos das comissões de inquérito.

Mas, não se pode negar que pouco ou nada se conheceu, até aqui, sobre as verdadeiras raízes da corrupção no Brasil.

Esse parece ser, hoje, o tema central de discussão nacional. Há, inclusive, uma contradição evidente quando se debruça sobre questão de tamanha relevância: enquanto os jornais parecem repetitivos nas manchetes diárias sobre o mau uso do dinheiro público, é escassa a bibliografia capaz de aprofundar a análise compreensiva sobre o assunto. Basta recorrer às pesquisas bibliográficas para perceber que esse não é um tema prioritário para autores e editoras, nem mesmo para traduções sobre estudos de casos considerados, mundialmente, emblemáticos. Como as editoras, certamente, baseiam suas decisões sobre novos lançamentos em pesquisas de mercado, tudo indica que o frenesi das manchetes de primeira página não chega a despertar a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da população sobre o tema, pelo menos daquela que, ainda, adquire livros.

O que parece difícil negar é que a corrupção se institucionaliza, cada vez mais, no aparelho do Estado, apesar das boas intenções deste ou daquele governante ou da sucessão de CPI. Mais, e pior: a repetição de casos de corrupção sem se aprofundar nas suas verdadeiras causas e sem propor medidas mais severas de combate e punição às práticas corruptas parece ter incutido na população um sentimento de impotência e uma sensação anestésica, que tende a minar, até, a sua capacidade de indignação e de autodefesa, como se fosse natural ou normal uma certa dose de corrupção.

Mas, o que, também, ainda não mereceu a devida atenção é a durabilidade do efeito dessa “anestesia” numa população que sofre nas filas de hospitais públicos sem recursos nem mesmo para combater as verdadeiras febres, que chora a morte de milhares de crianças desnutridas e miseráveis, que troca o lápis e o livro didático pelo revólver e pelo Código Penal, que abarrota ruas, praças, pontes, viadutos e celas de carceragem, em um país onde há, cada vez menos, vagas, não só na obra da cons-

trução civil ou na capina da roça, mas, também, na sala de aula, na cadeia, na enfermaria ou, até, sob as pontes.

O médico sabe que o controle da febre não cura a doença; o promotor público está consciente de que o maior número de celas não extingue o crime e o arquiteto também reconhece que a solução do problema habitacional não está no alargamento de pontes e calçadas ou na proliferação de viadutos. Assim, também, não se combate a corrupção apenas com o ataque a casos isolados, numa sucessiva numeração de comissões especiais ou de inquérito.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a existência da corrupção e se ter vontade política para combater as suas causas, aniquilando estruturas e redes de relações pessoais que permitem as práticas de corrupção. Em segundo lugar, há que se observar que não há, ainda, democracia na distribuição dos recursos públicos no Brasil. O dinheiro “do povo e para o povo” se submete a um “regime de exceção”: continua a ser, em tese, para o povo, mas é, na prática, para poucos. E a razão principal é que os “governos democráticos” se submeteram à “administração autoritária” dos recursos. É por isso, por exemplo, que os recursos públicos que faltam para a educação, a saúde, a segurança e o bem-estar da população foram, aos cântaros, para o sistema financeiro. No caso, a saúde pública, no seu sentido mais amplo, é trocada pela saúde financeira dos bancos, no seu sentido mais estrito.

Independente de governos, o Estado brasileiro encontra-se privatizado. E os governantes passaram a se constituir em administradores de interesses privados. E, o que causa maior apreensão é que, mesmo nos casos em que a corrupção é extirpada, não parece se constituir, na verdade, em defesa dos interesses públicos: trata-se de interesses privados hegemônicos ameaçados por intromissões de grupos exógenos que poderiam atrair a atenção e a ira da opinião pública. Não é à toa que, nas investigações já efetivadas, a figura dos corruptos era mutante, mas se mantinham as mesmas indicações dos agentes corrup-

tores. Também não é por acaso que estes últimos mantêm-se incólumes a qualquer investigação. O próprio Estado cuida de mantê-los longe dos holofotes das inquirições porque, neste momento, eles se confundem: investigá-los significaria escancarar as entranhas do próprio Estado.

É por isso que, repito, procuro não incorrer no erro de, apenas, reavivar, na memória do leitor, certas figuras que foram acometidos pela febre da corrupção e podem, passados os “intervalos antitérmicos” das CPI, retornar, em temperaturas ainda mais elevadas, corporificados, quem sabe, em outros “comandantes”. As “infecções”, entretanto, persistem incólumes e perigam tornarem-se “septicemias” de difícil controle. No lugar dos “antitérmicos” há que se prescrever, urgentemente, os melhores “antibióticos”...

Longa vida ao doutor Barbosa

O

Brasil comemorou, no último dia 22 de janeiro, cem anos de sua história. Uma história viva, porque, para privilégio de todos nós, brasileiros, pode ser contada por quem a faz. Mais do que isso: inspirados na vida centenária do Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, comemoramos, também, o dia de luta pela imprensa livre e democrática, pela ética na política, pela probidade, pela soberania e pelos direitos humanos fundamentais de todos os cidadãos.

Aliás, em nome da coerência, que sempre marcou a trajetória da vida do Dr. Barbosa, deveríamos instituir o dia 22 de janeiro com o “Dia Nacional de luta pelo Brasil para os Brasileiros”. Porque a bandeira que ele sempre empunhou mantém o verde de nossas florestas, o amarelo de nossas riquezas e o azul de nosso céu. E, sobre o branco da paz, a inscrição: “Liberdade e Soberania”.

O Dr. Barbosa chega aos cem anos com a mesma lucidez e o mesmo espírito de luta de sua juventude.

Com uma biografia invejável, iniciou sua vida literária em 1911, com 14 anos de idade, colaborou, desde cedo, com diversos jornais de todo o País, ingressou no *Jornal do Brasil* em 1921, onde foi redator político e redator-chefe. Em 1927, inaugurou a sua coluna dominical “Coisas da Política”.

Foi eleito, em 1926, e reeleito, em 1929, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI. Em 1952, tornou-se Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras – ABL e, no ano seguinte, Presidente. É autor de mais de sessenta títulos.

Na vida pública, foi, em três oportunidades, Deputado Federal por Pernambuco, líder de partido, membro da Assem-

bléia Nacional Constituinte, em 1946, Governador de Estado e Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA.

Entretanto, dois momentos mais recentes são emblemáticos na trajetória deste brasileiro incansável em sua luta pela liberdade, pela soberania e pela ética na política.

O primeiro, em 1974, quando se colocou como candidato a Vice-Presidente da República, pelo MDB, na chapa encabeçada pelo Dr. Ulysses Guimarães, nas eleições indiretas promovidas e patrocinadas pelo regime militar. Como “anticandidatos” do MDB, percorreram o País, em denúncia ao regime militar. No pleito, em um ambiente de força e repressão, foram vencedores os candidatos da Arena, Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. Mas, nas ruas, as candidaturas, consideradas simbólicas, caracterizaram-se como o marco inicial de um amplo movimento político oposicionista que redundou nos acontecimentos que se sucederam, como a vitória das oposições nas eleições parlamentares daquele mesmo ano, e a luta pela anistia e pela volta dos exilados e nos movimentos por eleições diretas dos anos posteriores. Não é à toa, portanto, que o Governo Geisel é considerado como o do início da chamada abertura política.

O segundo movimento marcante, em que Barbosa Lima Sobrinho colocou-se como representante legítimo das aspirações de todos os brasileiros foi em 1992, quando, da discussão do *impeachment* do Sr. Fernando Collor de Mello. É dele a primeira assinatura que deu início ao processo contra os ilícitos praticados pelo então Presidente da República. Ali se sintetizavam, em um único cidadão, os segmentos que se abraçaram durante as investigações da CPI Collor/PC: o povo, o político e a imprensa. A entrega do pedido de abertura do processo contra o Presidente da República foi, sem dúvida, um dos momentos mais importantes, significativos e emocionantes da história da democracia brasileira. Nada mais justo, portanto, a presença, ali, do Dr. Barbosa Lima.

Mas, com certeza, ele não considerava o afastamento de um presidente corrupto como a etapa final de um processo de

moralização da administração pública. Ele sabia que era o início de uma árdua caminhada. A entrega de documentos ao Congresso Nacional era mais do que um momento simbólico que, ali, se exauria. Haveria que se desatar todos os nós que estrangulam o dispêndio dos recursos que faltam nas filas dos hospitais, na escuridão do analfabetismo e na mesa de milhões de brasileiros famintos. E o Congresso deu mais um passo neste sentido: voltou-se contra o seu próprio espelho e cassou parlamentares. Mas, faltou-lhe o passo decisivo: era preciso investigar os agentes corruptores. E, isso, a história está em débito com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho e com todos os brasileiros à sua semelhança.

Além disso, ele lutou e viu nascer a Petrobras. Ele participou, ativamente, da Campanha “O Petróleo é Nosso”. Ele foi, quando Deputado Federal, um dos autores do Código Nacional de Telecomunicações. Ele assistiu à abertura das comportas que deram à luz o nosso sistema elétrico. Ele viu nascer a Companhia Vale do Rio Doce. Ele defendeu, nas ruas e nas tribunas, a nossa terra e o nosso subsolo. Portanto, como político, como jornalista e como brasileiro legítimo ele sabe quanto suor, sangue e lágrima foram derramados para implantar um projeto de país soberano e independente.

Não é à toa que o Dr. Barbosa diz que “na luta pelo País, não se aposenta”. E os fatos estão a demonstrar que, nem por idade e nem por tempo de luta.

Por tudo isso, parabéns ao Dr. Barbosa por esta data querida, muitas felicidades, mas, sobretudo, muitos anos de vida!

Homenagem a Darcy Ribeiro

Não consigo imaginar o que o Senador Darcy Ribeiro está fazendo, agora, no céu. Lá não há sem-terra, nem sem-casa, nem sem-comida. De lá, ele contempla os milhões de sem-nada, como que uma verdadeira obra inacabada nesta “terra que sonhou ver dividida”. Por isso, não se assustem se o encontrarem por aí, com sua voz rouca. É que, por essa obra inacabada, ele é capaz de fugir do céu.

No Senado, nos últimos tempos, sua cadeira era de rodas. Sua imaginação, de asas. Tinha o dom da ubiqüidade. Ele era todos, em todos os lugares. Era o índio, o negro, o mulato, o menino de rua, o povo brasileiro, o Brasil.

Era um símbolo da mineiridade, nascido entre pequis, carnes de sol e serestas, na bela Montes Claros. Ao mesmo tempo, um cosmopolita. Sabia, como ninguém, unir educação e folia, como num sambódromo. Seu tempo era integral, como num CIEP. Viveu momentos de tensão e de ternura, como na Universidade de Brasília das invasões militares e do “beijódromo”. Ele era o pantanal, etnólogo; o Rio de Janeiro, Vice-Governador e Senador; o Brasil, Ministro; o mundo, exilado. Quem sabe restava-lhe, apenas, a imensidão dos céus. Pelo menos, por tudo o que conhecemos e que com ele aprendemos e pelos princípios divinos, lá ele não pertence a qualquer bloco de oposição. Nem ele, nem o Teotônio, nem o Ulysses, nem o Tancredo.

Uma experiência nova para quem, na terra, a realidade brasileira impunha a contestação. Seu último artigo demonstrava a sua preocupação com os meninos de rua. Ainda sobre o tema, gravou mensagem ao Presidente da República: “Você já viu bezerro sem ração? Ou um cabrito? Ou uma galinha sem

dono para lhe dar comida? Você não viu! E, sabe por quê? Porque não existe! Agora, menino de rua tem um monte por aí. Não existe galinha de rua, existe? Pois é, nem bezerro e nem cavalo. Mas, criança, tem. Isso não pode!”

Preocupava-lhe, sobremaneira, a privatização anunciada da Companhia Vale do Rio Doce, a descaracterização da Petrobras, a desnacionalização do nosso subsolo, a invasão sorrateira da Amazônia.

Pela Academia Brasileira de Letras, ele se tornou imortal, porque sua obra será reconhecida até o final dos tempos. No Senado Federal, também. Lá, o seu espaço físico será ocupado por uma nova personalidade do pensamento brasileiro. Daqui, ele se foi, mas, quis o destino que o seu suplente tivesse, como sobrenome, Nascimento.

O Darcy será homenageado por todos os brasileiros. Com cânticos, orações, folias, catiras, carnavais, serestas, afoxés e aruanãs. No palacete suntuoso e na palhoça mais humilde. Ele era um brasileiro que, verdadeiramente, amava o seu País. Garimpava riquezas em nossas diferenças. Mas lutava contra todas as nossas disparidades. Vivia, intensamente, a vida e o seu exemplo ultrapassa a morte. Somos, todos nós, suplentes. Somos, todos, nascimento.

Recomendei ao Senado Federal que o próximo número da edição de “Os Grandes Vultos do Senado” seja dedicado ao Darcy Ribeiro. Não sei se será necessária uma grande tiragem. Afinal, a sua vida como antropólogo, escritor, romancista, educador, pesquisador e humanista já é, por si só, uma obra conhecida e reverenciada. Acho que o Darcy não se quietaria, nem mesmo em compêndios, se eles dormitasse em prateleiras frias. Quem sabe um número suficiente para as mesas de trabalho de todos os tomadores de decisão sobre os destinos deste País. Ou de cabeceira, à luz dos seus exemplos. Assim, o Darcy descansaria, em paz. E, enfim, a sua obra se tornaria acabada.

O drama por trás das estatísticas

Nunca a literatura dedicou tantas páginas ao tratamento da questão da existência dos anjos. São, ao todo, 52 títulos diferentes de obras literárias que cuidam de cultivar a crença de que não estamos sós. Se tais criaturas celestiais realmente existem, é de se esperar que pelo menos eles, sejam dotados de “espírito” democrático e distribuam igualmente sua proteção por todos os seres da terra, independente de credos, raças, condições sociais ou localização geográfica. Quer dizer, se os anjos também não praticarem a tal “democracia relativa”, desdobram-se para proteger bilhões de seres humanos.

Não se sabe, ao certo, se todos os humanos necessitam, igualmente de proteção em tempo integral, ou de cuidados especiais em momentos decisivos como em todas as curvas no final da reta no trânsito das grandes cidades, em Vigário Geral, em Acari, em Corumbiara, na Candelária ou no Carandiru.

Embora a lógica matemática pareça não ser o melhor método para dimensionar o tamanho deste verdadeiro “Exército de Proteção”, não resta dúvida de que ele deve manter, à luz da deterioração crescente das condições da vida terrestre, um serviço de alistamento constante. Talvez seja esta a razão pela qual a sabedoria popular cuidou de atribuir a cada morte de criança o surgimento de um novo “anjo”, que sobe aos Céus e cuja proteção é invocada pelos sobreviventes e que aguardam a sua hora.

Se verdadeira a crença, há que se atribuir mais uma serventia aos pobres, pois, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, a miséria mata 12 milhões de crianças por ano nos países do terceiro mundo, antes de atingirem 5 anos de idade, o que significa, portanto, 23 novos “anjos” por minuto.

Esta forma pouco convencional de abordar o tema da miséria pode parecer, à primeira vista, chocante. No entanto, é voz corrente o fato de que esta é a maneira mais eficaz de sensibilizar corações e mentes para a reflexão sobre as questões recorrentes e que não têm merecido a devida atenção de governos e das próprias populações diretamente envolvidas.

Um exemplo típico e atual é o tratamento que vem sendo dado, através da mídia, à questão da Aids. Embora não se descarte a importância da prevenção de doença de tamanha gravidade e para a qual ainda não se desenvolveu conhecimento suficiente para a cura, há que se considerar que se trata de um mal causador de um número de óbitos significativamente menor, se comparado com os decorrentes da fome em todo o mundo. E, nem por isso, a miséria tem merecido tratamento tão diferenciado por intermédio de governos, do público e da mídia.

Se o tivesse, quem sabe elegêssemos um Severino. Afinal, Severinos são todos aqueles que morrem de violência antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia.

Para as classes mais privilegiadas, a fome e a miséria parecem existir somente quando seus portadores batem à porta. Sem isso são, apenas, estatísticas frias como que se atrás de cada número não existissem homens, mulheres, jovens e crianças. E, a sua atitude frente à pobreza parece assumir duas dimensões: ou o pobre é responsável pela sua própria miséria ou sua presença significa um tal incômodo e desagradável que precisa ser removido. Não é à toa que se assiste, com frequência cada vez maior, ao verdadeiro enxotamento de mendigos, cujo destino incerto transformou a miséria em uma verdadeira *via crucis*, cuja primeira estação é a expulsão e a última, o calvário.

É por isso que o Brasil pode ser considerado como um país em movimento: de nômades. Quase a metade de todos os brasileiros já vive fora de seus locais de origem. Um terço das famílias brasileiras já se deslocam, quase sempre empurradas pela necessidade, pelo menos seis vezes dentro do próprio país,

num processo evidente de perda de identidade e de seu próprio modo de vida.

A tendência é a construção de um país de marginalizados, um cidadão, onde pontes e viadutos são o abrigo, já disputado, para fugir do relento. A consequência que trouxe, a longo prazo, para os nossos dias é a formação de uma nova espécie humana, já comparada aos pigmeus africanos, uma verdadeira sub-raça, uma estatura média abaixo do 1,5 metro e cuja seqüela cerebral já diminuiu sua capacidade intelectual em torno de 40%. Isso, sem contar as consequências e conhecidas lesões de relacionamento com o mundo.

O tamanho do país e o movimento de idas e vindas das correntes migratórias escamoteiam uma realidade que hoje tende a desnudar, ao incrédulo por conveniência, que já são 5 milhões as crianças com algum grau de desnutrição, num universo de 42 milhões de conterrâneos que, segundo dados oficiais, já não tangenciam as condições mínimas de sobrevivência, 17 milhões dos quais já considerados indigentes. São 20 milhões de analfabetos com mais de 10 anos a se lançar em um mercado de trabalho que exige, cada vez mais, especialização e conhecimento. Ironicamente, sofrem pouco tempo, porque vivem poucos anos. Como “anjinhos”, 88 em cada mil não propiciam a seus pais, ainda que sonhado, o primeiro “parabéns”, pais que, sobreviventes, também não serão sexagenários. Quem sabe seja por isto que os economistas, os demógrafos e os estatísticos tenham concebido o sugestivo título de “esperança de vida”.

Este quadro preocupante deve ser o cume da discussão sobre os direitos humanos no Brasil e no mundo, longe de querer o esquecimento dos 111 mortos do Carandiru, dos 21 de Vigário Geral, dos 11 de Acari, dos 8 da Candelária e dos 12 de Corumbiara. Pelo contrário, como casos emblemáticos, devem ser investigados e nunca mais repetidos. Mas, o mesmo mundo que cobra a solução deste e de outros casos de violação dos direitos humanos não canaliza as mesmas energias para os quase 300 carandirus, 1.600 vigário geral, 3.000 acaris, 4.100 cande-

lárias e 2.740 corumbiaras que ocorrem diariamente no planeta com crianças menores de 5 anos, que morrem em verdadeiras chacinas, porque decorrentes de doenças perfeitamente evitáveis, como a pneumonia, a diarreia, o sarampo e a malária, males próprios da pobreza extrema. É como se, via satélite, as cenas chocantes do Carandiru fossem multiplicadas 23 vezes por minuto em prisioneiros de estômagos vazios.

É evidente que, por mais louvável que sejam os esforços para distribuir alimentos para estas populações, a fome não se encerra com a distribuição de sopas e de cestas básicas. Afinal, a fome é um sentimento renovável. A benevolência nem sempre é inimaginável para um período muito longo, filas cada vez mais caudalosas ávidas e eternamente gratas pela dádiva de pequenos pacotes de alimentos. Ao que se pensa em atitudes mais contundentes, em políticas do governo, voltadas para as verdadeiras causas de tamanhas disparidades de distribuição de renda.

Direitos humanos, se concebidos com esta conotação, não devem ser tratados, apenas com programas especiais isolados e marginais. Devem constituir antes, no próprio ponto de convergência de todas as ações de governo. Caso contrário, as grandes e crescentes massas de excluídos não se limitarão mais a bater às portas.

Por um prato de justiça

O País vive, hoje, um de seus dias da verdade. A foice e a enxada, unidos ao vento, formam um novo símbolo que ocupa, através da mídia, o minifúndio das salas, como que a roçar cabelos arrepiados e capinar a erva daninha da omissão germinada durante mais de quatro séculos de latifúndio.

As procissões de migrantes do campo, expulsos pelo trator, pela monocultura ou pela espingarda, que antes serviam para baratear a mão-de-obra nas cidades, juntam-se, hoje, às grandes passeatas de desempregados urbanos, letras mortas nos departamentos de pessoal, substituídos pela produtividade e pela docilidade dos robôs ou trocados pelos mecanismos de contenção inflacionária.

As mãos calejadas, que antes lixavam cabos de enxadas, hoje estão abertas nas esquinas a implorar a benevolência de quem, muitas vezes, espalmava a produção nos mercados e hoje cerra punhos a protestar pelo desemprego.

Já são 17 milhões de indigentes a clamar por um prato de justiça. São milhões de analfabetos que soletram o **A** de Acari ou de Anone, o **B** de Borel ou de Bico do Papagaio e o **C** de Candelária, de Carandiru ou de Corumbiara. Produziam o arroz que comiam e vendiam o arroz que sobrava. Hoje procuram pela sobra do arroz dos que ainda comem. São 17 milhões de pais que se exaurem na miséria e de filhos que não se sabe de que forças são gerados.

Trata-se de uma herança histórica, cuja partilha inclui, nominalmente, todos os brasileiros. Mas, trata-se, também, de uma partilha cujos advogados teimam em cunhar os bônus em nome de uns poucos e os ônus em nome de milhões.

O País vive, hoje, o momento de repensar a sua partilha.

Na última fila das disparidades regionais e pessoais de renda, o Brasil vê, no retrovisor, apenas, sinais de alerta. A grande massa de trabalhadores expulsos da terra que abarrotava trens e “paus-de-arara” rumo ao “precisa-se”, dá de cara com o “não há vagas”. Portões de entrada são, hoje, de saída. Os carentes de alternativas disputam espaços sob pontes e viadutos. Os desiludidos retornam, rumo ao conhecido. Os persistentes derrubam cercas e ocupam fazendas. Os carentes enfrentam o limite do desespero. Os desiludidos conheceram movimentos de base e abriram consciências. Os persistentes, por definição, ultrapassaram fronteiras. É por isso que as “viúvas” da seca, da terra, do desemprego, da fome e da miséria que, antes, choravam e mendigavam benevolência, hoje rangem dentes e exigem justiça.

O País precisa conhecer, hoje, as dimensões de sua crise.

As duas centenas de ocupações de terras, os pouco mais de 1 milhão de desempregados da Grande São Paulo, os mortos de Corumbiara ou da Candelária dão a dimensão concreta desta crise. Mas, ainda estão distantes das verdadeiras dimensões da crise latente. São milhões de indigentes que não se mantêm, constantemente, saciados com atos de benevolência nem, eternamente, anestesiados com promessas vãs.

O Brasil não pode bloquear o seu caminho desenvolvimentista, nem abdicar dos avanços tecnológicos que anunciam o terceiro milênio. Mas, não pode descartar, também, a sua grande porção excluída.

O Brasil precisa, hoje, produzir alimentos e gerar empregos.

Mais de dois terços da população brasileira vive no meio urbano. Quem abandonou sua lavoura e partiu em busca de emprego nas cidades deixou de produzir e engrossou a demanda, além de concorrer por postos de trabalho cada vez mais escassos. Isso, sem contar as dificuldades devidas à falta de mobilidade entre a foice e o torno ou entre a enxada e a colher de

pedreiro. Por tudo isso, substituiu-se a fartura da tulha pela miséria da panela vazia.

Mas, os limites do perímetro urbano não avançaram, significativamente, sobre os campos. E a agricultura moderna não se expandiu, igualmente, sobre todo o território brasileiro. Nem ocupou terras na mesma escala da expulsão dos pequenos produtores. Deduz-se, daí, e os dados comprovam, a grande concentração fundiária nas mãos de um número cada vez menor de brasileiros, que pouco ou nada produzem e que ampliam as suas reservas de valor, resultando em casos como o de um único pecuarista brasileiro que possui, ou domina, no Pará, 9 milhões de hectares de terras, ou o equivalente a 1% do território nacional.

Para um país que já teve uma década perdida, não haverá maiores impedimentos se utilizar os próximos três anos para promover a reversão dos fluxos migratórios para o meio rural, através de um amplo programa de redistribuição fundiária e de produção de alimentos.

A Constituição de 1988 previa, no art. 51 das Disposições Transitórias, a revisão, pelo Congresso Nacional, de todas as doações, vendas e concessões de áreas públicas em áreas superiores a três mil hectares, realizadas entre 1º de janeiro de 1962 e 31 de janeiro de 1987, verificando-se questões relativas à legalidade e à conveniência do interesse público.

Tal dispositivo constitucional tornou-se letra morta porque a Comissão Mista do Congresso que seria encarregada de sua execução foi instalada mas não levou a cabo as suas tarefas. Entretanto, mantém-se a necessidade de tal revisão. Some-se a isso os milhões de hectares grilados ou ocupados ilegalmente por grandes fazendeiros em todo o País, notadamente na região amazônica, sem documentação ou com papéis forjados que, se revertidos à União, poderiam ser distribuídos através de novos assentamentos rurais. Trata-se de desmistificar o fato de que ocupantes e grileiros são somente aqueles que invadem terras de propriedade privada, como se a propriedade pública se cons-

tituisse em “terra de ninguém”, passível de ser tomada pelos mais fortes, que detêm maior poder político de torná-la legal e de silenciar a mídia.

A tarefa de gerar empregos rurais e produzir alimentos não pode se restringir ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. Deles deve-se esperar os trâmites legais e o suporte financeiro para a redistribuição fundiária. Os Estados e Municípios devem participar colocando à disposição do projeto, coordenado pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural nos segmentos de produção e de comercialização, nos próximos três anos. Poderiam ser instituídos, em um primeiro momento, mecanismos de compra antecipada e de compra de excedentes de produção, que seriam canalizados para a formação de estoques reguladores e estratégicos do governo, além da distribuição de alimentos para populações ainda excluídas ou vítimas de catástrofes climáticas.

Dirão os tecnocratas que tal acréscimo de produção acarretaria uma drástica diminuição de preços no mercado, inviabilizando a atividade a níveis nacional e empresarial. Se verdadeira a afirmativa, paga-se o custo de oportunidade do assento à mesa de refeições de milhões de brasileiros. Para os governos, não haverá plataforma política mais legítima que a inserção à cidadania de um verdadeiro país de marginalizados.

Não se fez menção, até aqui, ao termo reforma agrária. Como nos contos de lobisomem, de bruxas e de boitatás, ele continua a provocar arrepios e insônia. Sentimentos, certamente, mais tímidos que o da fome. O que se pretende é ocupar, produtivamente, uma grande massa de trabalhadores deserdados pelo progresso tecnológico ou expulsos pela ganância de propriedade e poder.

Dia virá em que a população brasileira não será levada, sob pressão e medo, a confundir enxada com martelo e se conscientizar de que, se democrática a partilha, o País viverá os seus melhores dias de fraternidade e de cidadania.

Lanterna de popa

Na comemoração dos 50 anos de existência da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, estavam representados 180 países, através de seus principais mandatários. Se percorrermos as páginas dos mesmos jornais que repercutiram o evento, perceberemos que, no noticiário cotidiano dos últimos tempos, menos de um terço desses povos ocuparam espaço ou mereceram qualquer referência sobre sua maneira de ser, seus costumes, sua língua, sua religião ou, até, sua própria existência. O que se estampa, mais amiúde, é a opulência dos dez mais ricos e a miséria dos dez mais pobres. Sabe-se, no máximo, que os primeiros dez são o próprio universo e os últimos são uma amostragem das quase duas centenas de nações que se caracterizam muito mais como figurantes do que como protagonistas da vida terrestre.

Quem conhece, por exemplo, como vivem os 1,4 milhão de betchuanos, naturais de Botswana, país do centro-sul da África?

É evidente que, mesmo para fundamentar a minha pergunta, recorri a uma enciclopédia. Mas, se considerar insuficientes as informações ali contidas, a fonte que me parece mais significativa para conhecer a vida de um povo é a Constituição de seu país. Afinal, espera-se que na Carta Magna estejam contidos os princípios que devem reger a conduta de toda a população, do primeiro mandatário ao mais singelo dos habitantes.

Embora não conheça a Constituição da República da Botswana, estou certo de que, se seus comandos forem efetivamente seguidos, os frutos do desenvolvimento daquele país estarão distribuídos igualmente, entre todos os seus cidadãos.

O risco de erro é mínimo, porque todas as Constituições tratam, quase sempre na primeira página, dos direitos fundamentais e das liberdades individuais. Escolhi Botswana porque aquele país freqüentou a mídia, nos últimos meses, como ocupante do incômodo penúltimo lugar nos índices de concentração de renda em todo o planeta. Lá, os 10% mais ricos abocanharam 43% da renda gerada no país.

O temor pela possibilidade de generalização do exemplo, que me levaria a acreditar que não há correlação entre o que ditam as leis e o que ocorre na realidade, me faz debruçar, preocupado, sobre a Constituição brasileira. Sem fugir à regra, o Capítulo I trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Já o Capítulo II, art. 6º, estipula que “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”. O art. 7º, inciso IV, diz que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, o “salário mínimo, fixado em lei, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo...”.

Se eu fosse um cidadão de Botswana e pretendesse conhecer mais sobre o Brasil, além do Pelé, do Carnaval e do Cristo Redentor, e utilizasse o mesmo método de compulsar a Constituição do País para conhecer a vida de seu povo, certamente concluiria que a alegria dos brasileiros não se restringe aos festejos momescos.

Desconfiado, como eu, consultaria, também, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, editado em 1994 pelo BIRD, que contém indicadores básicos para a grande maioria dos países.

Brasil. Com B, de Botswana. Esperança de vida ao nascer: 66 anos; analfabetos adultos: 19%; taxa de mortalidade infantil: 57/1000 habitantes; recém-nascidos de pouco peso: 11%.

Não satisfeito, pesquisaria dados sobre salário mínimo capaz de propiciar alimento, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, etc. para toda a família. Desemprego, na sua maior metrópole: mais de 1 milhão de trabalhadores. Número de indigentes: 17 milhões. Concentração da riqueza: os 10% mais ricos detêm 51,3% do total da renda. Como, tanto cá como lá, 51,3 é maior que 43, descubro, como brasileiro ou betchuano, que país segura a lanterna na fila das desigualdades de distribuição de renda do Planeta: o Brasil, mesmo que sua Constituição seja “cidadã”.

Essa tem sido a minha grande preocupação enquanto legislador: é preciso que as leis não sejam, apenas, formuladas e aprovadas. Os dispositivos legais têm que ser postos a vigorar. De nada adianta as leis serem promulgadas se a realidade continua a não revogar as disposições em contrário.

É por isso que tenho me esforçado no sentido de instituir mecanismos de acompanhamento, avaliação, investigação e controle da prática dos instrumentos legais aprovados pelo Congresso Nacional. Aí se incluem as CPI Collor/PC e do Orçamento, a luta pela instalação da CPI dos Corruptores e, mais recentemente, a minha proposta no sentido de recriar a Comissão Especial de Investigação do Governo Federal, instituída pelo ex-Presidente Itamar Franco e extinta no início do atual Governo.

A esperança de que todas essas iniciativas tomem curso com a brevidade que a realidade exige me leva, agora, a mais uma preocupação que considero fundamental: a de reforçar a importância e o significado do Tribunal de Contas da União. E, para tanto, mais uma vez é preciso, apenas, cumprir os ditames constitucionais: o conteúdo dos artigos 70 e 71 não estão em seqüência por acaso: o Congresso Nacional e o TCU se irmanam na defesa da probidade no tratamento da coisa pública. É preciso, entretanto, aproximar, mais uma vez, o texto da prática. E, pelo texto, ninguém é mais fiscalizado que no Brasil, apesar da prática teimar nas disposições contrárias.

De nada adiantará devolver a lanterna a Botswana. Quem sabe, ao contrário, ela possa iluminar corações e mentes no sentido de consolidar o “Estado Democrático”, sonhado pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e gravado no preâmbulo da Constituição promulgada “sob a proteção de Deus”.

Da gênese do trabalho ao apocalipse do desemprego

“Tu comerás o teu pão com o suor do teu rosto.” A gênese do trabalho, na linguagem bíblica, parece atribuir ao labor o sentido de castigo, aplicado ao pecado da desobediência. Afinal, não fossem a serpente e a maçã, continuariam, hoje, todos os seres humanos sendo acordados ao som de trombetas celestiais, sem a obrigação de retirar “o sustento à força de trabalho”.

Se essa é uma visão ultrapassada, em tempos modernos, quando se procura desvincular o trabalho da maldição divina e se lhe embute valores humanos e papel fundamental na construção de um mundo mais justo, é bem verdade que o som de tais trombetas coletivas deu lugar ao despertador individual que interrompe a noite mal dormida, pelo choro da criança faminta ou pelo temor do despejo iminente. Ou, quem sabe, já despejado, ao ronco do primeiro automóvel que mordisca, apressado, o meio fio, que já lhe serve de soleira. Expulso do trabalho, o homem já não pode mais comer o pão com “o suor de seu rosto”.

Se o trabalho é a continuidade da obra divina na terra, que pecado original teriam cometido, hoje, esses milhões de novos Adões, Pedros, Evas, Antônioos, Marias ou Severinos que lhes nega, até, o suor e o relógio de ponto? Se o trabalho é o elo de ligação entre o homem e o mundo e se transforma na própria consistência do ser humano, como definir o desempregado e sua missão latente de construir e transformar este mesmo mundo?

O verdadeiro castigo parece ser, hoje, o desemprego. Já a obtenção de um trabalho, de um emprego, de um posto de trabalho é quase sinônimo de estar chegando ao paraíso possível.

No Brasil, já são milhões os que procuram pelo “precisa-se” e se deparam com o “não há vagas”. Todos continuam com suas necessidades básicas diárias e constitucionais de “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados”, mas não possuem mais, nem mesmo, o seu próprio dia de pagamento. Não é por acaso que os dados oficiais já apontam milhões de indigentes cuja alternativa ao relento, são as pontes e os viadutos, cada vez mais disputados, principalmente nas grandes cidades, que trocaram o crescimento pelo inchaço.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD iniciou a década enfatizando que o desemprego seria a “ameaça devastadora” dos anos 90. Passada a metade do período, o prognóstico tende a se confirmar. As inovações tecnológicas já adquirem feições de terceiro milênio, mas sem apagar os rastros descalços do segundo. Não se trata de negar a importância do desenvolvimento tecnológico, mas não se admite desconhecer que ele tem implicado em exclusão social.

Um país cuja história reverencia a “lei dos sexagenários”, que tornou livres os escravos com idade superior a 65 anos, agora amarga a perversidade da sua “lei dos quadragenários”, que considera velhos para o trabalho os brasileiros maiores de 45 anos. Ou, ainda, “incapazes”, segundo pesquisa recente divulgada nos jornais, aqueles cuja carteira de trabalho não registra novo contrato nos últimos seis meses.

Por tudo isso é que já se observa, no Brasil, um verdadeiro “apartheid” social, onde uma parcela cada vez menor da população já usufrui da modernidade do século 21, enquanto a grande maioria ainda arrasta grilhões aos moldes da escravidão do século 19. O que se deve repensar, portanto, é, ainda, o país do século 20. O grande muro deste final de século é, sem dúvida, o desemprego, gerador da miséria e da desesperança. Há que se derrubá-lo, mesmo que para isso, sejam, também, demolidas discutíveis utopias chamadas neoliberais.

Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

O parágrafo primeiro do artigo 13 da Constituição de 1988 dispõe que são símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. No capacete do corredor, na camisa do atleta, na farda do militar e na voz “dos filhos deste solo” está o Brasil, representado nas cores que simbolizam suas maiores riquezas.

Ao longo dos tempos, o País foi incorporando outros emblemas, verdadeiros novos símbolos nacionais que representam a luta, a soberania e a própria história de um povo. São exemplos típicos o Banco do Brasil, a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce, cujas bandeiras sempre suscitaram os mais fortes sentimentos de nacionalidade. Mudar estes símbolos requer o envolvimento de toda a população. É por isso que venho defendendo, na tribuna do Senado, a instituição do *referendum*, fórmula através da qual a sociedade pode externar o seu pensamento naqueles assuntos considerados essenciais.

Este instituto se reforça no regime presidencialista, onde todos os representantes da população são eleitos por prazo determinado, dificultando a explicitação da vontade popular e a conseqüente legitimidade de propostas de ação. O mundo oferece ricos exemplos da prática do *referendum*. Em passado recente, o Tratado de Maastrich foi amplamente discutido nos países do Mercado Comum Europeu. Na Itália, a questão do aborto mereceu o devido debate com a população, entre outros casos.

Como se sabe, uma das discussões mais importantes que ocorre hoje no País refere-se ao Estado brasileiro, quanto ao seu papel e ao seu tamanho. O principal marco legal relativo ao tema se consolidou na Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de

Desestatização. Como resultado, foram privatizados os setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Não há como negar que o debate sobre tema de tamanha relevância se circunscreveu aos limites de gabinetes técnicos. À população coube, apenas, informações muitas vezes maquiadas em peças publicitárias bem produzidas e, nem sempre, pouco tendenciosas.

Passada a primeira etapa das desestatizações, o País se debruça, hoje, sobre uma questão de fundamental importância: a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a CVRD.

A discussão sobre a proposta de privatização da CVRD não pode ser desviada para aspectos meramente quantitativos, extraídos de indicadores frios e determinados pela tecnocracia. A CVRD, enquanto empresa emblemática, é parte integrante do desenvolvimento do próprio País e, em nome da população, manipula materiais estratégicos para a consolidação de sua soberania. A privatização da CVRD significa, para mim, privatizar o subsolo brasileiro. Significa a forte possibilidade de abrirmos mão de nossas reservas de ferro, ouro, manganês, bauxita, potássio, cobre, caulim, prata, titânio, entre outros metais nobres. Significa, também, interromper programas de desenvolvimento regional e social implementados pela empresa, que aloca parte de seu lucro líquido nas áreas de influência dos municípios onde atua.

É por isso que os números da Vale não se limitam aos seus aspectos puramente quantitativos. São números que assumem dimensões econômica, social e política.

A Vale do Rio Doce é, com certeza, o outro nome do Brasil, pois ela é a guardiã de riquezas nacionais estratégicas das quais as grandes potências são, sensivelmente, carentes. A Vale contabiliza, em nome do povo brasileiro, em toneladas: 41,2 bilhões de minério de ferro; 1,1 bilhão de bauxita; 1,2 bilhão de cobre; 131 milhões de manganês; 65 milhões de caulim; 563 de ouro, fora as descobertas mais recentes, além de enormes reservas de potássio, titânio, nióbio, etc. São 36 empresas controladas ou coligadas, mais as participações minoritárias. Produz quase

um terço do minério de ferro do mundo, é a maior produtora de ouro da América Latina, possui duas ferrovias que somam 7% da malha ferroviária do País, mas sobre cujos trilhos são transportados dois terços da carga ferroviária brasileira. Responde por 40% do movimento portuário nacional, os navios da Doce nave transportam 30 milhões de toneladas de carga por ano. Suas florestas comerciais se estendem por 560 mil hectares de terras brasileiras. Do outro lado, os Estados Unidos, os países europeus e o Japão são, total ou quase totalmente, dependentes de nióbio, manganês, alumínio, titânio, estanho, cobre, cobalto, cromo, platina, níquel... Deste lado, a Vale (ou o Brasil) ainda não se permitiu conhecer os montantes de suas gigantescas reservas minerais. Sabe-se, entretanto, que somente as reservas de minério de ferro, sob a responsabilidade da Vale do Rio Doce, garantem o consumo, em níveis atuais, até a Copa do Mundo de 2398.

Fica evidente que a CVRD, apesar destes números grandiosos, não pode ser representada, aos olhos do público, pelo paquiderme que deu publicidade aos leilões de privatização, em período recente. Trata-se de uma empresa lucrativa, estratégica, que alavanca o desenvolvimento regional.

São estas as razões que respaldam a minha postura contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, nos termos propostos. Curvo-me, única e exclusivamente, se esta não for a vontade popular. E, é aí que se justifica e se reforça a proposta de consulta ao povo brasileiro. Afinal, privatizar a CVRD sem ouvir a população seria o mesmo que, à sua revelia, trocar o amarelo da bandeira ou suprimir o “gigante pela própria natureza” do hino.

Sobre o (des)prestígio do Congresso Nacional

A *Folha de S.Paulo* publicou, recentemente, resultado de pesquisa de opinião sobre o grau de prestígio e poder de 12 instituições brasileiras. Os números são auto-explicativos mas, mesmo assim, merecem uma reflexão mais profunda, já que refletem o pensamento da população brasileira sobre sua representação política.

Pode-se, mesmo, dizer que se trata de um retrato de como a população percebe e avalia a institucionalização de seu dia-a-dia, dada a abrangência da pesquisa, que inclui todos os aspectos da vida do cidadão, como a religião, o esporte, os poderes constituídos, a defesa da cidadania e da soberania e a representação profissional e política.

Considerada essa abrangência, uma primeira observação que os números não escondem é que, na percepção da sociedade brasileira, o País vive uma crise institucional, à medida que, das 11 instituições incluídas na pesquisa, apenas três obtiveram percentual acima de 50%: a imprensa, os clubes de futebol e a Igreja Católica. Ou seja, somente estas três instituições mantêm prestígio, na opinião da maioria da população brasileira.

Mas, o que chama atenção nos resultados da pesquisa são algumas posições relativas no *ranking* institucional. Para a população, a imprensa tem mais poder que as Forças Armadas. Ou o Poder Judiciário, embora o nome, é menos poderoso que os clubes de futebol, que, por sua vez, têm mais prestígio que a Presidência da República e os Ministros de Estado, que também perdem para os bancos e as financeiras. Mais ainda: o porte de estatais como a Petrobras, a Cia. Vale do Rio Doce, a Eletrobrás ou a Telebrás não é suficiente para que a população as considere

com maior poder que o Flamengo, o Corinthians, o Vasco da Gama, o São Paulo, o Internacional e o Grêmio.

Não se considerou, até aqui, o Congresso Nacional e os partidos políticos. Longe de se cometer, premeditadamente, o pecado da omissão. Pelo contrário, é que os resultados da pesquisa, no que se refere ao que a população percebe sobre sua representação política e partidária, merece destaque especial.

Para o povo que elege Senadores e Deputados Federais como seus legítimos representantes, o Congresso Nacional e os partidos políticos carregam a lanterna no *ranking* do prestígio das instituições.

A metade da população considera que o Congresso ainda mantém poder, mas não tem prestígio para três em cada quatro brasileiros. Embora repetitivo, para ser enfático, há que se refletir sobre a constatação de que a população brasileira considera o Congresso Nacional e os partidos políticos com menos prestígio, pela ordem, que a imprensa, os clubes de futebol, a Igreja Católica, as Forças Armadas, os bancos e financeiras, a Presidência da República e os Ministros de Estado, o Poder Judiciário, os Sindicatos de Trabalhadores, as Empresas Estatais e, até, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Mais ainda: tamanho desprestígio ocorre, exatamente, no momento em que este mesmo Congresso se reveste do poder de Assembléia Constituinte, ao propiciar mudanças importantes na Constituição brasileira, como a quebra de monopólios e as reformas administrativa, previdenciária, fiscal e tributária e que discute volumes de recursos com elevados custos de oportunidade, como o empréstimo externo para a implantação do Sivam. Ou seja, a população ainda considera com menor prestígio uma instituição cujos integrantes formulam e alteram a mais importante de suas leis do que outra cujo representante agride o seu mais importante símbolo religioso. Haja reflexão!

Para as cinco maiores capitais brasileiras, a pesquisa mostra resultados obtidos em três momentos: março de 1987, outubro de 1992 e dezembro de 1995. Como era de se esperar, o

Congresso Nacional obteve maiores percentuais, em termos de poder e prestígio, em 1992, exatamente no momento em que promoveu as investigações que culminaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

Isso retrata um dos papéis fundamentais que a população espera ser desempenhado por seus representantes no parlamento: a constante vigilância da probidade na alocação de recursos públicos. Mais do que isto: mostra o repúdio da população brasileira à corrupção e à dilapidação do patrimônio público. Daquele momento até os dias atuais, a Presidência da República recuperou poder e prestígio, enquanto o Congresso Nacional e os partidos políticos perderam espaço, na opinião de brasileiros e brasileiras.

Há muito que se refletir sobre estes fatos. Se é grave a observação de que há, aos olhos da população, crise institucional, é particularmente preocupante a crise de legitimidade do Congresso Nacional e dos partidos políticos. E, parece não haver desinformação ou falta de comunicação com a população como um todo.

O Congresso e a imprensa encontram-se em pólos distintos na pesquisa. Se os meios de comunicação possuem tamanha legitimidade popular e povoam plenários, corredores e gabinetes divulgando informações sobre o dia-a-dia do parlamento e, se este é o momento em que se altera profundamente a legislação do País, era de se esperar que o Congresso obtivesse melhor *performance* na avaliação popular.

Pior que o resultado da pesquisa da *Folha de S.Paulo* é ela permanecer silenciosa, na página 18 da edição de 29 de janeiro. Há que se considerar que tais números são reflexo de uma situação que dever ser, urgentemente, repensada. Aliás, em se tratando de Congresso, talvez o melhor termo não seja repensar, mas, antes, resgatar. Aqui se viveu momentos históricos. Biografias não lhe faltam. Basta recorrer à memória de figuras e exemplos como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Alberto Pasqualini, entre outros.

